

indústria

136

137

2º| 3º Trimestre
Outubro de 2023
Gratuita

REVISTA DE EMPRESÁRIOS E NEGÓCIOS

ENTREVISTA

"A NOSSA PRIORIDADE É AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DE PORTUGAL"

Armindo Monteiro

Presidente da CIP

PACTO SOCIAL

**As medidas mais
estratégicas para o País**

LIDERANÇA NO FEMININO

CIP lança Projeto PROGRIDA

CONJUNTURA ECONÓMICA

Que cenário para as empresas?



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Fazemos a indústria acontecer!

FORMAÇÃO
PARA JOVENS,
ADULTOS E
EMPRESAS



Construções Mecânicas
Construções Metálicas
Soldadura
Projeto/Desenho (CAD)
Fabrico Assistido por
Computador (CNC/CAM)
Eletricidade e Eletrónica
Mecatrónica
Robótica (Colaborativa e Móvel)
Aeronáutica
Fabricação Aditiva
Manutenção e Automação Industrial
Área de Gás
Energias Renováveis
Energia
Qualidade, Ambiente e Segurança
Administrativo, Comercial e Marketing



218 610 150*
dir@cenfim.pt

*(chamada para a rede fixa nacional)

Arcos de Valdevez
Trofa
Amarante
Ermesinde
Porto
Oliveira de Azeméis
Marinha Grande
Caldas da Rainha
Peniche
Santarém
Torres Vedras
Lisboa
Sines



CENFIM

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL
DA INDÚSTRIA METALÚRGICA
E METALOMECÂNICA

Um Pacto, um Objetivo e uma Certeza



Armindo Monteiro
PRESIDENTE DA CIP

O Pacto Social deixou uma marca forte na sociedade portuguesa. Pela primeira vez em muitos anos, o debate sobre o Orçamento do Estado foi desencadeado e marcado por uma iniciativa da sociedade civil e, em concreto, por uma proposta feita pelas empresas. A explicação para esta invulgar atenção mediática, habitualmente centrada, nestas alturas, na comunicação feita pelo Governo, tem uma explicação muito clara. A nossa Confederação apontou bem alto e recusou todos os preconceitos que ainda hoje procuram colar ao mundo empresarial.

As nossas preocupações estão certamente relacionadas com o IRC, as taxas e taxinhas e ainda com a montanha de burocracia que temos de escalar todos os meses. Essas preocupações estão bem espelhadas no Pacto Social. Mas o que espantou – pela positiva – os media e os comentadores nacionais, mas também os partidos políticos, foi a ousadia de propormos mudanças estruturais com impacto na competitividade do país, a nossa maior fragilidade, mas também ações concretas para subir os rendimentos das pessoas e robustecer a coesão social.

“Pela primeira vez em muitos anos, o debate sobre o Orçamento do Estado foi desencadeado e marcado por uma iniciativa da sociedade civil e, em concreto, por uma proposta feita pelas empresas”

Queremos um país mais competitivo e com menos desigualdade. Queremos um país que aponte alto e ponha fim a este retrocesso a que temos assistido nas últimas décadas. Bem sei que o Governo nos diz que Portugal tem crescido mais do que os nossos parceiros e concorrentes da União Europeia. No entanto, todos nós

sabemos que essa é apenas uma parte da fotografia. Estamos a ser ultrapassados por vários países, estamos no fim da fila em vários indicadores. A nossa produtividade é literalmente chocante.

Como é possível querer aumentar os salários com este enquadramento e esta tendência? A resposta é muito simples: não é possível.

Poderíamos ficar por aqui. Simplesmente, recusar qualquer acordo quanto ao aumento de rendimentos. Mas seria um erro. Todos sabemos as dificuldades que as famílias atravessam hoje. O que nos propusemos fazer foi salvar o acordo assinado há um ano.

As empresas não podem desembolsar mais cinco mil milhões de euros sem que o Estado faça também a sua parte. Lamentavelmente, o Governo apresentou uma proposta de OE que consideramos insuficiente e que reflete uma espécie muito particular de negacionismo – negar que só pode haver mais rendimentos se houver mais competitividade e mais riqueza no país. Esta constatação básica está finalmente a fazer o seu caminho. ■

indústria

EDITORIAL 3

Em destaque

Entrevista: 6

Armindo Monteiro

Pacto Social: CIP defende medidas
estratégicas para o País 12

Atualidade

CIP lança Projeto PROGRIDA 18

Breves 21

Economia

Conjuntura Económica:
Crescimento nulo
em Portugal e na Europa 22

Majoração dos encargos
com pessoal 28

Mecanismo de Ajuste
de Carbono nas Fronteiras 30

Associados

CIP reforça representatividade
com novos associados 32

Opinião

Rafael Campos Pereira 33

Internacional

Europa ultima Regulamento
sobre Matérias-Primas Críticas 34

Economia no centro do discurso
sobre o Estado da União 36

A UE e a Comunidade dos Estados
Latino Americanos e Caribenhos 40

Instituições Multilaterais:
Oportunidades e financiamento
na América Latina 42

CIP no Fórum Político
de Alto Nível sobre
Desenvolvimento Sustentável 44

Atualização do PRR 45

Opinião

José Couto 47

Cerimónia
de Tomada de Posse
dos Órgãos Sociais da CIP 48

Opinião

Óscar Afonso 50

Diretor

Armindo Monteiro

Conselho Editorial

Carla Sequeira

Catarina Melo

Gregório Rocha Novo

Inês Vaz Pinto

Maria de Nazaré

Miguel Boavida

Nuno Biscaya

Pedro Capucho

Rafael Alves Rocha

Silvia Machado

Administração e Propriedade e Sede da Redação

CIP – Confederação Empresarial
de Portugal

Praça das Indústrias

1300-307 Lisboa

Tel.: 213 164 700

Fax.: 213 579 986

E-mail: revista@cip.org.pt

NIF: 500 835 934

N.º de registo na ERCS - 108372

Depósito Legal 0870-9602

Estatuto Editorial

<https://cip.org.pt/revista-cip/>

Edição e Publicidade

Bleed - Sociedade Editorial

e Organização de Eventos

Av. das Forças Armadas 4 – 8 B

1600-082 Lisboa

Tel.: 217 957 045

www.bleed.pt

info@bleed.pt

Conteúdos, Edição, Design e Paginação

F5C – First Five Consulting

Av. da Liberdade, n.º 230 - 3.º

1250-148 Lisboa | Portugal

T +351 210 322 500

F +351 210 322 539

www.f5c.pt

geral@f5c.pt

Impressão

Grafisol

Núcleo Empresarial da Abrunheira

Zona Poente - Pav.11 - Abrunheira

2710-089 Sintra

Periodicidade

Trimestral

Tiragem

10.000 exemplares



CIP

CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

AVANCE

Avançamos sem medo, mergulhamos protegidos por quem conhece as profundezas dos mercados e nos ajuda a chegar às metas que traçamos para os nossos negócios. Avançamos, porque confiamos em quem nos acompanha e nos ajuda a antecipar e a mitigar o risco.



A COSEC é Líder de Mercado* no Seguro de Crédito e Caução. A nossa experiência na avaliação de risco e na indemnização e recuperação de faturas, aliada à relação de parceria que estabelecemos com os nossos Clientes, permite-lhes avançar com segurança na expansão dos seus negócios em Portugal e no estrangeiro.

Avance connosco. Contacte-nos através do serviço COSEC Directo: **211 164 221** ou consulte **cosec.pt**.



*Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores, 2021

COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S.A., sociedade anónima de seguros, com sede em Avenida da Liberdade 249, 6º piso, 1250-143 LISBOA, autorizada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) a exercer atividade nos Ramos Não Vida - Crédito e Caução. Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob número único da matrícula e de identificação fiscal n.º 500726000, com o capital social de € 7.500.000. Não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.

ENTREVISTA Armindo Monteiro | Presidente da CIP

“A nossa prioridade é aumentar a competitividade de Portugal”

Ainda com a proposta de Orçamento do Estado para 2024 em trânsito na Assembleia da República, Armindo Monteiro, Presidente da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, revela os passos que antecederam as negociações e detalha os obstáculos que o levaram à decisão de recusar assinar o acordo proposto pelo Governo. O líder da CIP sublinha a importância do Pacto Social, reforça a importância de manter o diálogo com todas as partes, não fecha a porta a novos contactos até à votação final global do OE-2024 – e analisa o presente e o futuro imediato da Confederação.

O Pacto Social não foi acolhido pelo Governo no OE-2024, isso significa que os objetivos não foram atingidos?

O nosso objetivo é contribuir para a mudança estrutural da nossa economia. Queremos um país mais competitivo, mais produtivo e com capacidade para criar mais riqueza, o que significa obrigatoriamente reduzir as desigualdades terríveis que ainda marcam Portugal. O objetivo maior do Pacto Social é este, e não se esgota, nem poderia esgotar, apenas num orçamento – seria irrazoável acreditar nessa proeza. A mudança que julgamos ser fundamental vai levar tempo, mas o caminho tem de começar o quanto antes. Esta Direção tomou posse em abril e arregaçou as mangas. Trabalhámos afincadamente no Pacto Social. Envolvemos as associações que representamos, ouvimos todos

os setores e demos corpo a um documento com três eixos e 30 medidas...

... é verdade, mas o ideal teria sido aprovar algumas medidas, não concorda?

Se olhar com atenção, este processo que, como diz e bem, não culminou na sua aprovação teve alguns méritos e conquistas para as empresas e para os trabalhadores. A proposta de OE-2024 apresentada pelo Governo foi de certa forma influenciada pelo nosso pensamento, embora as escolhas feitas e os caminhos privilegiados sejam manifestamente insuficientes. Ainda assim, o país discutiu as nossas ideias, viu-lhes virtudes e defeitos, o que na minha opinião é uma ótima notícia: a CIP está a cumprir a sua responsabilidade de robustecer o debate nacional e as políticas públicas. Não me entenda mal, esta não é uma vitória, porque nesse caso seria

apenas uma vitória de Pirro. Queríamos e queremos mais. Esse processo está em curso. Repare, o que temos à nossa frente é uma proposta de Orçamento do Estado. Bem sei que são magras ou quase inexistentes as hipóteses de o Governo mudar a agulha. No entanto, alguma coisa ainda pode acontecer até à aprovação final global. E mesmo depois disso o nosso compromisso mantém-se, a nossa abertura e vontade de negociar permanecem com o mesmíssimo vigor.

O objetivo do Pacto Social não se esgota, nem poderia esgotar, apenas num orçamento – seria irrazoável acreditar nessa proeza

*A proposta de OE-2024
apresentada pelo
Governo foi de certa
forma influenciada
pelo nosso pensamento,
embora as escolhas
feitas e os caminhos
privilegiados sejam
manifestamente
insuficientes*

Não assinámos o acordo porque estamos convencidos de que faltam várias políticas públicas necessárias para aguentar e vencer o próximo ano, que será, não tenhamos qualquer ilusão, muito difícil

Para simplificar, eu diria que se estivéssemos numa Volta a Portugal esta seria apenas uma meta volante – relevante, sim, mas não determinante.

Está a dizer-nos que conta ainda negociar com o Governo nas próximas semanas?

Nós não assinámos o acordo [Reforço do Acordo de Médio Prazo de Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade] porque estamos convencidos de que faltam várias políticas públicas necessárias para aguentar e vencer o próximo ano, que será, não tenhamos qualquer ilusão, muito difícil. Veja os últimos indicadores do Banco de Portugal. A economia travou. Não usemos eufemismos: travou mesmo e no próximo ano iremos crescer 1,5% do PIB. Alguém acha que este crescimento é suficiente? Alguém acredita que é possível aumentar os rendimentos em mais 5% e não fazer quase nada para impulsionar a economia, aumentar o investimento e recapitalizar as empresas? Nós não queremos ter razão antes do tempo e não fazemos finca pé; mas não nos peçam para fazer de conta de que está tudo bem e que o principal instrumento de políticas públicas do país tem capacidade e soluções suficientes para conseguir navegar e torneir estas águas muito agitadas. Não tem. E isso deixa-nos muito vulneráveis.

Está a dizer que estamos a entrar num período de crise económica?

A inflação provocou uma forte erosão no rendimento disponível das famílias. A subida das taxas de juro de referência foi fulminante e está a ser muito exigente. As indicações que temos do BCE é que o ciclo de subidas pode ter chegado ao fim, embora não seja uma certeza absoluta, e que não vai descer tão cedo. Certo, certo é que, se nada de preocupante acontecer, se não enfrentarmos uma aterragem violenta e sincronizada da zona euro, ou seja, uma recessão profunda que provoque uma nova mudança abrupta de rumo, então os juros vão continuar a sobrecarregar as empresas e as famílias. Todos sabemos

a importância que o crédito bancário tem para ambos. As empresas em Portugal têm poucas opções para se financiarem, somos uma economia de muito pequenas empresas e PME, não há mercado de capitais que lhes valha e as emissões de dívida em regra são apenas para empresas de outro porte. Resumindo, as exportações vão cair, o consumo interno vai cair... a nossa esperança, aliás, a nossa convicção é a de que para contrariar este clima adverso seria fundamental aumentar os rendimentos das famílias imediatamente, sem que isso se traduzisse em mais impostos e contribuições; seria igualmente chave incentivar o investimento. Penso que a maior parte dos portugueses ficou desiludida com a exclusão do 15º mês.

Está, portanto, a pensar em políticas contra-cíclicas para combater a estagnação...

Exatamente. Mais investimento público real e não apenas anunciado, como sempre acontece; e mais investimento privado. Para que esta segunda parte da equação fosse realizável, o Governo tinha de dar a volta ao texto, tinha de reconhecer que o nosso país tem custos de contexto e obstáculos quase sem igual no resto da Europa. O investimento é um caso paradigmático: em vez de incentivos, o que este OE coloca sobre a mesa são os custos e os obstáculos habituais. Sinceramente, não entendo. Perante as dificuldades, o Governo encolhe os ombros. Reduz, e bem, a dívida pública, dá umas pinceladas no IRS – de resto como nós tínhamos sugerido, embora o faça de forma menos poderosa –, mas no resto limita-se a gerir as circunstâncias. Espantosamente, até aumenta alguns impostos indiretos.

A redução do IRC não pareceu ser uma prioridade CIP. Está confortável com o valor atual?

Não estamos, mas sabemos que não podemos, aliás, o país não pode dar o passo maior do que a perna. A nossa prioridade é aumentar a competitividade

de Portugal e os rendimentos dos portugueses. É aí que tudo começa. Nós estamos de certa forma debaixo de água. Pensar que poderíamos pedir neste momento a redução do IRC seria revelar falta de sentido prático e estratégico. Lá chegaremos, claro, porque o problema existe, mas seria um erro inquirir o debate com essa pretensão. As empresas ainda são vistas com alguma suspeita por certos setores da nossa sociedade. Alimentar essa caricatura seria errado e poderia pôr em causa a mudança estrutural da economia que, isso sim, julgamos ser absolutamente vital. Sem crescimento, mais cedo ou mais tarde os velhos problemas financeiros e reputacionais de Portugal voltarão a meter a cabeça de fora. Felizmente, a redução da dívida pública vai no sentido certo, apesar de o Estado prosseguir no caminho de aumentar a despesa fixa e duradoura, daí o bombardeamento de impostos e taxas a que somos sujeitos, e não realizar a famigerada reforma do Estado.

O Pacto Social também tinha essa dimensão?

O Pacto Social contém três pilares – crescimento, rendimento e simplificação – expressos em 30 medidas pensadas para dar resposta ao momento muito difícil que se aproxima, mas também para que seja dado um passo decisivo na resolução de obstáculos estruturais que prejudicam o desenvolvimento de Portugal nas mais diferentes áreas – educação, saúde, habitação, emprego jovem e sénior, entre outras. A simplificação das relações com o Estado, embora tenha sido empreendida ao longo da última década e meia, na verdade perdeu força e dinamismo. As empresas estão permanentemente a refazer e a repensar procedimentos e estratégias. Estão permanentemente a cortar burocracia e métodos ineficazes,



porque tudo isso são custos. Por que razão o Estado não faz o mesmo? Não há nada de mais frustrante para os cidadãos e para as empresas do que terem de percorrer um labirinto de regras, carimbos e certificados e ter de o fazer em permanência. O Estado está sempre a exigir provas de vida, quando lhe bastaria pedir a informação uma vez e fazê-la circular internamente. Não é pedir muito, parece-me. Não queremos uma reforma, queremos um espírito permanentemente reformista.

Reforma do Estado, mais rendimentos e mais competitividade – mas qual é a vossa prioridade?

Penso que já respondi: aumentar a competitividade da nossa economia e, pelo caminho, dar uma ajuda robusta às famílias, aumentando o rendimento líquido. Sabe, à boleia da inflação no ano

Pensar que poderíamos pedir neste momento a redução do IRC seria revelar falta de sentido prático e estratégico

passado o Estado arrecadou mais 6.758 milhões de euros em impostos e contribuições sociais do que o previsto no Orçamento do Estado. Chegámos, assim, a um novo máximo histórico: uma carga fiscal equivalente a 36,2% do PIB. Ainda em 2022, ficaram por executar mais de 1.400 milhões de euros de investimento público, face ao orçamentado. A necessidade de recuperar depressa dos efeitos destrutivos causados pela pandemia, mas também a obrigação de ajudar as pessoas e as empresas a enfrentar

o surto inflacionista – aconselhava a concretização de políticas públicas em sentido contrário. Exigiam-se decisões robustas, como aconteceu na maioria dos nossos concorrentes e parceiros europeus.

Negociou com os sindicatos durante vários meses. Como foi este primeiro confronto de ideias?

Os representantes dos trabalhadores são interlocutores importantes. Claro, há alguns que parecem ter uma agenda, digamos, mais partidária do que virada para os problemas dos trabalhadores. Penso, no entanto, que o esforço de compromisso deve ser permanente, constante, sem carregar mágoas e pedras. Não chegámos a acordo? Ok, tentaremos outra vez. Claro, estávamos convencidos de que o 15º mês seria recebido de braços

abertos, mas não foi bem isso que vimos entre os sindicatos. Qual a razão? Bom, o que eu ouvi foi confuso, mas deixo isso de lado. A Concertação Social e todas as reuniões bilaterais ou tripartidas que vamos ter daqui para a frente vão começar de folha branca. Isto é, os quilómetros voltam a zero e o debate recomeçará sem acrimónia. Vamos valorizar a aprendizagem que fizemos. Penso que será muito útil ao país este esforço que fizemos ao longo dos últimos seis meses. Dará frutos, acredite.

Referiu-se há pouco ao processo de preparação do Pacto Social, pode dar-nos mais alguns detalhes?

O nosso processo é profundamente colegial e aberto. Temos reuniões semanais e mensais e ainda temos comissões especializadas. A informação flui, procuramos a melhor fundamentação para as nossas decisões, olhamos para o que está a acontecer nos nossos concorrentes europeus. Este esforço é diário, note bem, nunca pode ser interrompido. O associativismo é absolutamente vital para o desenvolvimento regional e nacional do país. Neste sentido, o Pacto Social foi o pontapé de saída desta nova CIP. O documento está feito, mas continuará a ser aprofundado e melhorado, até corrigido, se isso for necessário. O trabalho continua, as reuniões prosseguem. Eu sei que do ponto de vista jornalístico é sempre mais atraente decretar um início e um fim deste tipo de negociação, mas essa é uma leitura curta, porque há sempre muitos dossiês sobre a mesa, alguns com menos mediatismo mas que são igualmente relevantes. Dou-lhe um exemplo: a energia. Aqui está uma enorme preocupação da CIP. O assunto é complexo e exige da nossa parte uma análise muito fina de todos os documentos, já que todas as alterações impactam fortemente na vida das empresas. Temos noção de que as tensões geo-políticas globais vão recolocar o petróleo e o gás sob fogo cerrado e pressão máxima? Aqui está um tema que levamos muito, muito a sério.

Se tivesse de corrigir algum aspeto nestas negociações que manteve com o Governo e os sindicatos o que faria de diferente?

Repare, a CIP começou a trabalhar no Pacto Social em abril e um mês e pouco depois já tinha trabalho palpável. Nessa altura iniciámos os contactos com



O Pacto Social foi o pontapé de saída desta nova CIP. O documento está feito, mas continuará a ser aprofundado e melhorado, até corrigido, se isso for necessário

os representantes dos trabalhadores. Dito isto, lamento que a proposta final do Governo nos tenha chegado às mãos ao início da tarde de uma sexta-feira para que tomássemos uma decisão até ao fim do mesmo dia. Mesmo com mais tempo a nossa recusa ter-se-ia mantido. No entanto, escapa-me o sentido desta correria. Já imaginou as possibilidades

que se poderiam abrir com mais um par de dias de negociação? Penso que pior não seria certamente. No entanto, a prática política portuguesa é esta. Fazemos um *sprint* e sacrificamos tudo a um cronómetro apertadíssimo. Dir-me-á que é uma estratégia de negociação do Governo para maximizar as suas hipóteses. Sinceramente, eu não sei, nem faço esse processo de intenções, até porque quem ficou a perder foi o país e eu tenho a certeza de que ninguém deseja o nosso insucesso coletivo.

Tem falado muito na necessidade de reter o talento em Portugal. O IRS jovem vai nesse sentido?

Será útil para as empresas?

Não podemos assistir a este êxodo anual de talento. Como dizia o nosso diretor-

-geral, é inaceitável que se diga que este país não é para jovens. Tem de ser, não temos alternativa. Recordo que temos neste momento mais um milhão de pessoas empregadas. É uma boa notícia que muito tem aumentado as receitas fiscais do Estado.

No entanto, a maioria das pessoas que estamos a atrair vai para setores pouco qualificados e de baixo valor acrescentado. Por um lado, perdemos os nossos cérebros, por outro aprofundamos a especialização da nossa economia em áreas que pouco ajudam o PIB. Como é possível termos mais um milhão de trabalhadores e isso quase passar ao lado da criação de riqueza? Deixe-me, no entanto, dizer que a imigração de pessoas com menor grau de qualificação está a ser bem integrada e que o país tem o dever de dar resposta a estas pessoas. Não estou certo que o faça, duvido que o Estado esteja preparado para uma coisa tão simples como comunicar eficazmente com estas pessoas. Julgo que temos de ter esta preocupação social.

Os seus discursos e intervenções têm sempre essa referência ao lado social.

Não é por acaso... é uma escolha deliberada. Se tudo é economia, na verdade tudo envolve as pessoas, logo a coesão social é cardinal. A nossa preocupação com o aumento dos rendimentos materializa esta preocupação. Claro, sem competitividade não há rendimentos, nunca, mas nunca nos esqueçamos disto. Infelizmente, há uma longa tradição de negacionistas desta verdade no nosso país. A questão é: se não há crescimento sustentável, vivemos a crédito. Um país que vive a crédito morre a prestações. As empresas portuguesas estão sujeitas legitimamente a sofrer a concorrência global que existe na área do recrutamento. Vamos agir de uma vez por todas ou vamos confiar que um par de medidas de curto prazo fazem o trabalho? Obviamente, não fazem. Ajudam, sim, mas não muda nada de substancial. A fuga de pessoas continuará. A nossa proposta de isentar os rendimentos até aos primeiros 100 mil euros ganhos, valor até aos 35 anos, teria outro nível de sucesso. Ora bem, a proposta do Governo é muito menos

Lamento que a proposta final do Governo nos tenha chegado às mãos ao início da tarde de uma sexta-feira para que tomássemos uma decisão até ao fim do mesmo dia

eficaz e, na verdade, até tem alguma injustiça fiscal, já que trata por igual quem ganha mais ou ganha menos. No nosso caso, como há um teto de rendimento, os tais 100 mil euros, isso significa que a nossa medida não é regressiva. Não é um detalhe, há vários casos destes neste OE, e é isso que queremos ver corrigido. Se não for, a realidade vai impor-se.

É um dado adquirido que a CIP rejeita este acordo.

A decisão foi unânime?

Um escritor brasileiro, Nelson Rodrigues, costumava dizer que a unanimidade é burra. O que nós procuramos na CIP é outra coisa, procuramos o consenso. Neste caso, obviamente o acordo era de impossível digestão económica e financeira. Os custos para as empresas no que diz respeito à subida de rendimentos equivale a um valor próximo dos cinco mil milhões de euros [o custo total imputado às empresas juntando os referenciais do acordo assinado em 2022 com os referenciais deste acordo de 2023]. Só este ano, o Governo juntou mais 300 milhões. O que há como contrapartida? Note bem: 85 milhões, dividido entre redução das tributações autónomas e um incentivo à valorização salarial. A diferença é abissal! Então, eu pergunto: e este dinheiro, o dinheiro a mais que é exigido às empresas virá exatamente de onde? É evidente que o acordo assinado em outubro de 2022 já se encontrava moribundo. Enquanto as empresas cumpriram a sua parte, o Governo nada fez para ajudar a aumentar a produtividade, que decresceu em vez de aumentar. Isto é insustentável. Não faz qualquer sentido económico e financeiro.

Que reações teve a esta posição?

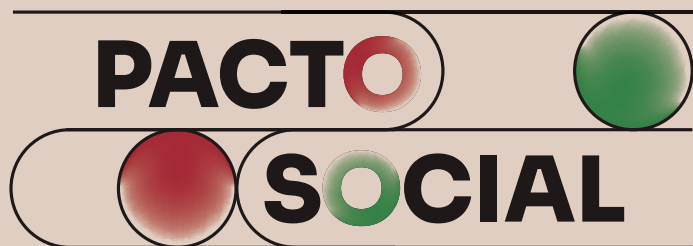
A função que ocupo leva-me pelo país inteiro. Tenho reuniões e colóquios nas associações e empresas que representamos. Braga, Setúbal, Coimbra, Évora, Porto... a agenda é intensa e muito rica. Não estou sentado à secretária à espera que a informação me chegue. Ora bem, nestas visitas que são quase diárias tenho recebido sugestões e ideias, mas também o apoio incondicional a tudo o que estamos a fazer. As eleições das empresas são mensais, acontecem sempre que pagamos os impostos e as contribuições, quando olhamos para o balanço e para a caixa disponível. E a caixa não mente: o dinheiro está a chegar cada vez menos, a trajetória negativa é muitíssimo clara. Se a CIP tivesse aceitado aquele acordo teria traído a confiança de mais de 150 mil empresas que empregam quase dois milhões de trabalhadores. Já viu bem a nossa responsabilidade? Levamos isto muito a sério, obviamente.

Para terminar, gostaria que me dissesse onde vê a CIP daqui a quatro anos, quando terminar o mandato?

Farei, aliás, nós faremos o possível para deixar o país bem melhor do que o encontrámos. Esse é objetivo. Todos os portugueses beneficiarão deste caminho. Sobre a CIP, antes de mais uma nota de reconhecimento ao trabalho da direção anterior, em particular ao António Saraiva. A voz que temos é também um legado que nos deixou. Dito isto, estamos a trabalhar internamente para sermos mais úteis junto dos nossos associados. O nosso capital de informação é notável e pode ganhar mais força, pode ser ainda mais útil às empresas na sua tomada de decisões. Este lado vai ganhar músculo e expressão nos próximos tempos. Os factos falarão por si.

Quer deixar alguma mensagem?

Esta entrevista já tem várias, mas deixe-me apenas sublinhar que é fundamental dar espaço à iniciativa privada e que isso não significa ignorar o Estado. Estamos nos antípodas dessa posição: julgamos que os impostos são importantes, desde que não excessivos, e que os serviços públicos têm um papel central. E inaceitável é o estado da saúde e da educação públicas. ■

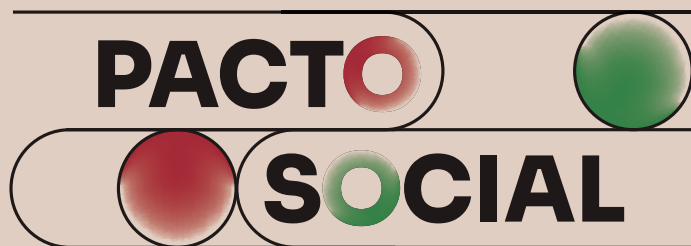


Crescimento • Rendimento • Simplificação

CIP DEFENDE ESTRATÉGICAS

MEDIDAS PARA O PAÍS

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal apresentou ao Governo uma proposta de Pacto Social, visando contribuir para a definição de uma estratégia de crescimento para o País. O documento assente em três eixos – Crescimento, Rendimento e Simplificação – integra 30 medidas concretas. Destacamos nove dessas medidas para tornar Portugal mais competitivo.



EIXO 1

CRESCIMENTO

No primeiro dos eixos do Pacto Social – o Crescimento – o propósito é definir medidas de estímulo sistémico e estruturado às empresas, centradas no reforço de capitais próprios e no incentivo ao investimento, às exportações e ao emprego, com o objetivo de impulsionar a competitividade, assente em ganhos de produtividade. Destacamos as três medidas abaixo.

CRIAR UM CRÉDITO FISCAL PARA A COMPETITIVIDADE E O EMPREGO (CFCE)

O montante do CFCE a deduzir à matéria coletável apurada para efeitos da aplicação da taxa de IRC resultará do somatório dos valores aplicados nas seguintes rubricas:

Com majoração de 40%:

- Aumento da massa salarial anual em relação ao ano anterior;
- Pagamento de dividendos aos trabalhadores.

Sem majoração:

- Resultados incorporados no capital próprio da empresa;
- Investimento no ativo da empresa, com exceção de viaturas ligeiras.

A medida pretende contribuir para os dois grandes objetivos do Pacto Social: o crescimento económico baseado na competitividade das empresas e o aumento dos rendimentos dos trabalhadores. Objetivos que não se podem separar (não é possível distribuir riqueza que não é criada).

Majoração da dedução do aumento da massa salarial na matéria coletável:

Os custos salariais são dedutíveis em 100% na matéria coletável. Com esta proposta, o seu acréscimo (relativamente ao ano anterior) passa a ser dedutível em 140%, quer seja por aumento do emprego, quer seja por aumentos salariais.

A mesma majoração estende-se à participação dos trabalhadores nos resultados das empresas, prática ainda pouco comum em Portugal, que se pretende também estimular, alterando a dinâmica tradicional da relação entre capital e trabalho, refletindo no património dos trabalhadores o sucesso do desempenho da empresa e envolvendo mais os trabalhadores nos objetivos empresariais.

Pretende-se que, através da redução da tributação direta que sobre elas incide, as empresas sejam estimuladas no seu contributo para o objetivo do aumento dos rendimentos dos trabalhadores.

Dedução do investimento e dos resultados incorporados no capital próprio da empresa:

Os incentivos fiscais que hoje existem com o objetivo de estimular o investimento e a capitalização empresariais têm limitações, em termos de taxas, exceções, limites e complexidade, que lhes retiram força e eficácia.

O princípio subjacente a esta medida é o de que os lucros que são retidos na empresa, revertendo em investimento (essencial ao aumento da capacidade de produção, bem como à competitividade, via inovação e aumento da produtividade) ou no reforço da sua capitalização (corrigindo um bloqueio crónico ao crescimento) não devem ser tributados. Tributem-se, sim, os lucros que saem da empresa e são distribuídos como remuneração do capital.

REGIME ESPECÍFICO DE APOIO À EXPORTAÇÃO

Criação de um instrumento financeiro específico de expansão da internacionalização e das exportações aberto a PME, *mid caps* e grandes empresas, abrangendo custos de investimento externo (nomeadamente, redes de distribuição, aquisição de empresas, presença em feiras e outros eventos e promoção, entre outros). Criação de uma linha de crédito dedicada para operações ativas e mecanismos de financiamento a clientes e de seguro de crédito.

Pretende-se, com esta medida, integrar e reforçar o apoio às empresas nos seus esforços para uma maior e melhor afirmação nos mercados globais, única via para sustentar um crescimento equilibrado, tendo em conta a reduzida dimensão do mercado nacional.

CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Incentivo à entrada de Capital Próprio nas empresas, equiparando-o, no mínimo, aos efeitos fiscais da entrada de capital alheio.

É hoje fiscalmente mais favorável o recurso a capitais alheios (cujos juros associados são custos dedutíveis) do que a capitais próprios.

Para contrariar este enviesamento, o Incentivo à Capitalização das Empresas (ICE) veio em 2023 substituir dois outros regimes fiscais (a Dedução por Lucros Retidos e Reinvestidos e a Remuneração Convencional do Capital Social), mas ficou muito aquém das próprias expectativas do Governo. A CIP já tinha alertado para o facto do novo enquadramento representar um retrocesso e não uma melhoria no objetivo a que o Governo se propôs de estimular fortemente a capitalização das empresas.

Com esta proposta, pretende-se um estímulo fiscal à recapitalização das empresas mais forte e mais efetivo, com uma dedução que exceda a que resulta das taxas de juro praticadas no mercado e se prolongue no tempo, numa perspetiva de longo prazo.

EIXO 2

RENDIMENTOS

O segundo eixo – o Rendimento – assenta na imediata necessidade de melhoria da liquidez das famílias e que contribua decisivamente para a retenção de talentos, que começa num nível de remuneração que afaste a necessidade de emigrar. Destacamos as três medidas abaixo.

CRIAR O 15º MÊS COM NEUTRALIDADE FISCAL

Pagamento voluntário pelas empresas do 15º mês, até ao limite do salário base auferido pelo trabalhador, sem incidência de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e exclusão da base de incidência contributiva em sede de segurança social.

Pretende-se que este pagamento adicional reverta inteiramente em benefício dos trabalhadores e não para o reforço da parcela absorvida pelo Estado.

O limite proposto pela CIP – um salário base, com um máximo absoluto de cinco vezes o salário mínimo – é o que traduz a equidade fiscal na distribuição deste benefício, impedindo que as empresas o utilizem de forma abusiva e em detrimento de um aumento salarial.

PROMOVER A RETENÇÃO DE TALENTO, ISENTANDO DE IRS OS PRIMEIROS 100 MIL EUROS AUFERIDOS POR UM JOVEM ATÉ AOS 35 ANOS

Esta medida tem como objetivo não só contrariar a emigração dos mais jovens, mas contribuir para a sua autonomização no início da sua carreira profissional.

Em confronto com o designado IRS Jovem, esta proposta é mais abrangente, mais forte e socialmente mais justa (uma vez que jovens com rendimentos mais baixos teriam direito à isenção total de IRS num período mais alargado, ao passo que jovens com um rendimento mais elevado “esgotariam” mais cedo o direito à isenção). Com efeito, o IRS Jovem cria uma situação de injustiça para os jovens com menores rendimentos que, por esse facto, poderão não aproveitar integralmente os limites anuais, ainda que, no global dos cinco anos considerados, pudessem estar em condições de o fazer.

APLICAR A TAXA DE IVA DE 6% A TODOS OS PRODUTOS ALIMENTARES

Esta medida visa corrigir a atual situação em que Portugal compara mal com a generalidade dos países europeus na tributação em sede de IVA dos produtos alimentares.

Salvo algumas exceções, os produtos transformados são tributados em Portugal à taxa de 23%. Na generalidade dos países europeus, a grande maioria dos produtos transformados é tributada à taxa mínima ou (nalguns casos) à taxa intermédia.

A medida tem igualmente por objetivo corrigir situações absurdas, como por exemplo produtos alimentares prontos para consumo imediato (como refeições pré-preparadas) que são tributadas a 23% no comércio a retalho e a 13% em restaurantes.

EIXO 3

SIMPLIFICAÇÃO

O terceiro dos eixos – a Simplificação – resulta da necessidade de um trabalho permanente e persistente de eliminação de custos de contexto, absorventes de energias e recursos quer no Estado quer, de sobremaneira, nas empresas. O Estado, antes de mais, deve assumir o seu papel de promotor da prosperidade do País. Destacamos as três medidas abaixo.

CRIAR UM SIMPLEX EMPRESAS

Um programa que, além de simplificar, valorize e equipare a relação entre o Estado e as empresas, nomeadamente com a Autoridade Tributária.

Neste sentido, uma das propostas preconizadas será suprimir o atual regime desculpabilizante em matéria de litigância de má-fé de que a Autoridade Tributária goza, em claro contraste com a exigência aplicável aos contribuintes. Pretende-se estabelecer um regime uniforme para todas as partes, potenciando-se um comportamento de menor litigiosidade por parte da autoridade tributária e aduaneira e uma maior lealdade ao nível do contencioso tributário.

CONSAGRAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO DA COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Embora legalmente previsto, o regime legal que permite aos contribuintes compensarem as suas dívidas tributárias com créditos sobre o Estado, em particular tributários, é complexo, sujeito a inúmeras restrições e autorizações, não tendo qualquer aplicação prática. Paralelamente, assiste-se a uma morosidade no pagamento de reembolsos por parte da autoridade tributária e aduaneira, criando situações iníquas em que contribuintes que aguardam esses reembolsos se veem privados de liquidez para o pagamento de impostos e outras dívidas tributárias. Pretende-se substituir o regime atualmente previsto nos art.ºs 90º e 90º-A do Código de Procedimento e de Processo Tributário por um mecanismo simplificado e eficaz que permita aos contribuintes pagar, dentro do prazo de pagamento voluntário ou em fase coerciva, as suas dívidas tributárias através de compensação com créditos tributários, ainda que em fase de processamento. Este regime seria aplicado através de um procedimento que permita aos contribuintes, através do Portal das Finanças, efetuar essa compensação de forma automática.

CONSAGRAÇÃO DA IES COMO MEIO PRIVILEGIADO PARA O FORNECIMENTO DE TODA A INFORMAÇÃO PARA FINS ESTATÍSTICOS E FISCAIS PELAS EMPRESAS

Com esta medida pretende-se tornar efetivo o próprio propósito da criação da IES, ainda muito longe de estar alcançado, reduzindo a grande multiplicidade de obrigações declarativas para diferentes entidades públicas.

Acrescem medidas com o objetivo de tornar efetivo o princípio “uma só vez”, que dispensa o cidadão ou agente económico de ter de entregar informação ou documentos já detidos pela Administração Pública, através de um maior cruzamento de informações entre diversas entidades públicas.

Um exemplo será a eliminação da obrigação de comunicação mensal das declarações retributivas à Segurança Social por parte das entidades empregadoras, uma vez que a mesma informação é prestada à Autoridade Tributária.

Outra medida neste âmbito será, para efeitos dos documentos a apresentar nos concursos públicos, a criação de um local centralizado na(s) plataforma(s) em que as empresas colocassem os documentos genéricos, que seriam consultados pelas entidades adjudicantes. As empresas teriam o ónus de substituir os documentos sempre que a validade expirasse ou fossem alterados. Evitar-se-ia, assim, a obrigação de envio dos mesmos documentos para cada concurso, com os custos inerentes à obtenção dos mesmos. ■



CIP lança Projeto PROGRIDA

**O Projeto, que arranca a 15 de março de 2024,
tem como objetivo promover o talento feminino nos quadros intermédios
das empresas, incentivando a ascensão a funções de direção.**

Consciente da importância da diversidade e inclusão para o sucesso sustentável das organizações, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal tem apostado na disponibilização de ferramentas que contribuam para a promoção da igualdade de género nas empresas. É com este objetivo que a Confederação Empresarial, em parceria com a Porto Business School, acaba de lançar o PROGRIDA, um projeto que pretende criar um ambiente propício para que mulheres talentosas, em cargos de nível intermédio nas empresas, alcancem todo o seu potencial de liderança.

A decorrer ao longo de nove meses, entre 15 de março e 30 de novembro de 2024, mais do que um programa de formação académica, o PROGRIDA pretende ser um espaço para a construção de redes e de *networking* entre as participantes no projeto, mentores e mulheres PROMOVA. A salientar que o PROMOVA é um projeto também da iniciativa da CIP, mas vocacionado para a promoção do talento feminino a funções de gestão de topo nas empresas, encontrando-se já na 4ª edição.

“Ainda não há igualdade de tratamento. Os salários entre homens e mulheres divergem e isso é inadmissível. Perdemos todos: mulheres, empresas e país. Este novo projeto impulsionado pela CIP tem como objetivo ajudar a derrubar mais barreiras”, afirma Armindo Monteiro, Presidente da CIP, sobre o PROGRIDA. Uma posição reforçada pelo Dean da Porto Business School, Professor José Esteves, que sublinha a importância do Projeto enquanto “impulsionador de carreiras para as nossas futuras agentes de mudança e sonhadoras”.

“Os salários entre homens e mulheres divergem e isso é inadmissível. Perdemos todos: mulheres, empresas e país. Este novo projeto impulsionado pela CIP tem como objetivo ajudar a derrubar mais barreiras”

ARMINDO MONTEIRO

A participação no PROGRIDA está aberta a todas as empresas sensibilizadas para a promoção da igualdade de gênero no local de trabalho e a mulheres gestoras interessadas desde que tenham o apoio da empresa onde trabalham e reúnam ainda um conjunto de requisitos (ver caixa “Requisitos das candidatas”).

Em termos programáticos, o Projeto abrange três vertentes distintas: *Coaching*, *Mentoria Cruzada* e *Desafio de Empresa*.

Coaching

As sessões de *Coaching* dividem-se em três grandes momentos. Antes do início do programa formativo, as sessões focar-se-ão no processo de autoconhecimento para clarificação da identidade e reflexão sobre a marca pessoal, sendo este o primeiro passo do plano de desenvolvimento

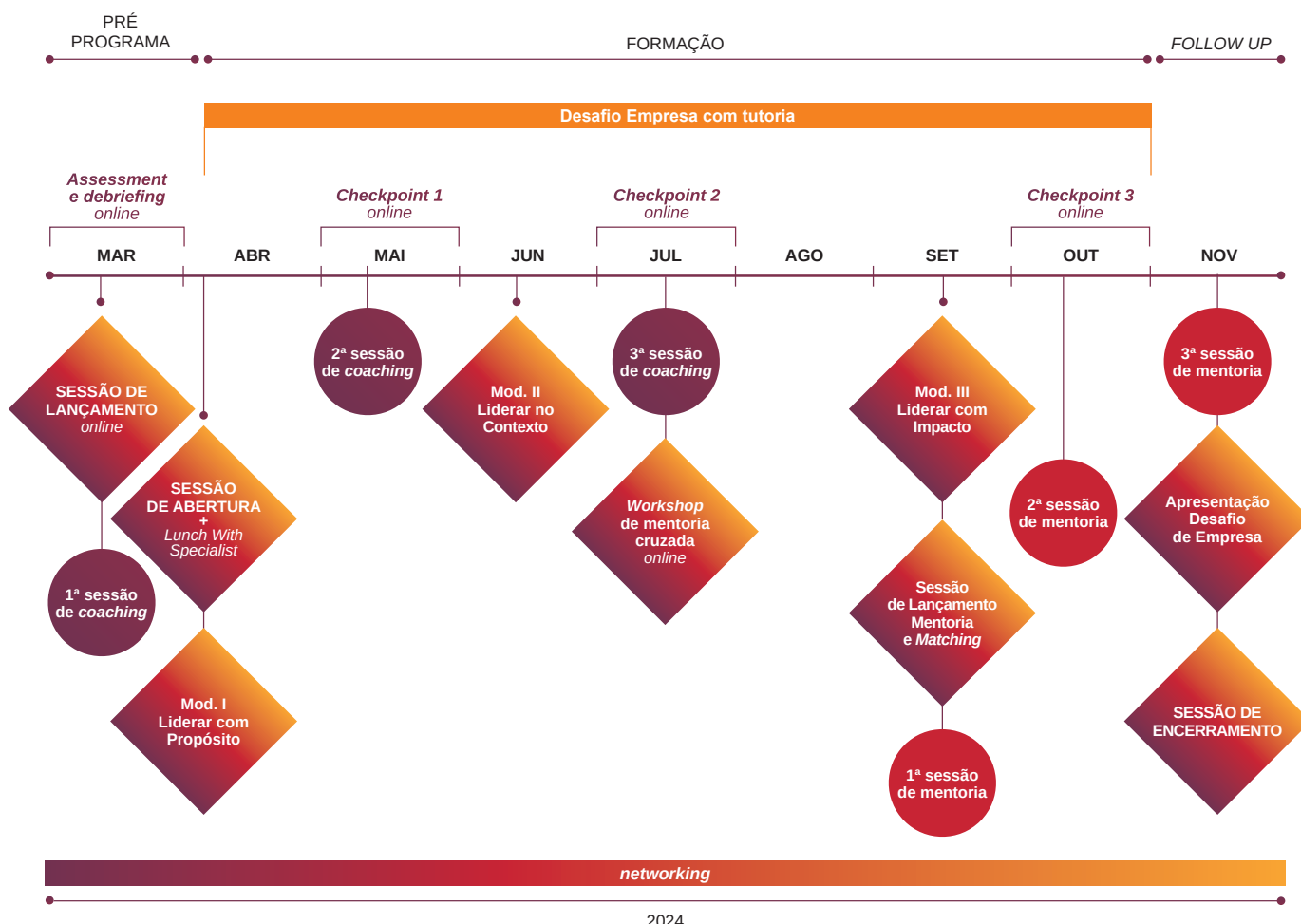
individual. Entre módulos formativos, acompanharão o plano de desenvolvimento individual. As sessões promoverão também momentos de reflexão sobre a experiência vivida, analisando os impactos e fazendo os necessários ajustes ao plano de desenvolvimento individual, preparando a participante para a fase da mentoria.

Mentoria Cruzada

A Mentoria Cruzada – em que cada empresa indica um mentor que, na parte final do PROGRIDA, fará mentoria a uma participante de outra empresa – representa uma peça fundamental do Projeto e tem um duplo objetivo.

Para cada participante, será uma oportunidade única de partilhar os seus projetos profissionais com um quadro de direção de outra empresa, que não a sua, num intercâmbio de experiências.

ROADMAP DO PROJETO



Já para o mentor é também uma oportunidade para a partilha de conhecimento com a sua *mentee* e com outros mentores em relação a temas e experiências.

Desafio de Empresa

Nesta vertente, as participantes terão oportunidade de trabalhar em grupo na resolução de um desafio proposto pelas empresas participantes no Projeto. Este trabalho será de aplicação prática e decorrerá ao longo da jornada formativa.

Cada grupo de trabalho terá o apoio de um tutor especializado, que estará disponível para apoio, acompanhamento e esclarecimento de dúvidas. Já os trabalhos desenvolvidos serão apresentados no final do programa formativo.

O programa formativo da Porto Business School

O calendário do PROGRIDA prevê a realização de 57 horas de formação presencial, três sessões de *Coaching*, quatro sessões de Mentoria, três *Checkpoint*, 24 horas de Tutoria Desafio Empresa, *Assesment* e momentos de *networking*.

A componente formativa do Projeto, desenvolvida pela Porto Business School, parceiro académico do Projeto, está repartida por três módulos que decorrerão entre abril e setembro do próximo ano:

Módulo I – Liderar com Propósito

Desenvolvido em sessões presenciais em três dias do mês de abril, este primeiro módulo irá focar-se no autoconhecimento e conhecimento das outras participantes e das suas especificidades.

REQUISITOS DAS CANDIDATAS

- Licenciatura ou nível de estudos superiores equiparável
- Experiência profissional mínima de cinco anos
- Exercer um cargo de *middle management* à data atual
- Nível de inglês (B2)
- Apresentar uma carta de apoio da empresa onde trabalham

OUTROS FATORES QUE INFLUENCIAM POSITIVAMENTE

- Outros certificados e diplomas
- Idiomas
- Tipo de experiência profissional (nível de responsabilidade na empresa, diversidade, etc.)
- Projeção profissional (ambição)

Principais datas

Inscrições | até 31 de dezembro

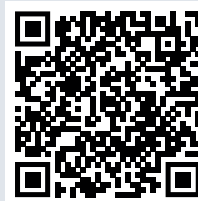
Entrevistas de seleção | janeiro de 2024

Comunicação das selecionadas | fevereiro de 2024

Arranque do PROGRIDA | março de 2024

Fim do PROGRIDA | novembro de 2024

Candidate-se aqui:



O objetivo é a construção de uma identidade de grupo, *networking* e criação de laços entre as participantes. Trabalhando o autoconhecimento, cada participante construirá a sua visão, aspiração, metas profissionais e, sobretudo, a sua marca pessoal. É também objetivo o desenvolvimento da autoconfiança, do foco e assertividade na comunicação e do posicionamento pessoal.

Módulo II – Liderar no Contexto

O segundo módulo tem como objetivo mapear e compreender o contexto atual em que as organizações se inserem, nas suas múltiplas dimensões e variáveis. Pretende desenvolver a capacidade de leitura sistémica, crítica e dinâmica do ambiente interno e externo, bem como no que respeita à gestão do relacionamento com múltiplos *stakeholders* e diferentes objetivos (*networking*, aliança, influência e poder). Será ainda abordada a importância da sustentabilidade no negócio do ponto de vista económico, social e ambiental. Decorrerá em sessões presenciais durante três dias no mês de junho.

Módulo III – Liderar com Impacto

O último módulo programático, que decorrerá em sessões presenciais em três dias do mês de setembro, trabalha a dimensão da liderança, da tomada de decisão e resolução de problemas. O objetivo é preparar as participantes no Projeto no sentido de criarem impacto na sua equipa, em si próprias, na empresa e na sociedade, liderando segundo um novo paradigma de performance e de progresso. É trabalhada a aplicabilidade prática em várias dimensões: organizacional, de liderança e de futuro.

Para participar no PROGRIDA, as empresas e as candidatas interessadas devem fazer a sua candidatura na página online do Projeto em <https://cip.org.pt/projeto-progrida/>. Todas as candidaturas serão examinadas por uma equipa especializada composta por membros da CIP, que, para além dos requisitos de participação exigidos, terão ainda em consideração na seleção das candidatas outros fatores como a motivação, generosidade ou capacidade de liderança. A última fase do processo de seleção prevê a realização de uma entrevista pessoal a todas as candidatas. ■



Presidente da CIP encontrou-se com o Embaixador do Peru

Armino Monteiro, Presidente da CIP, reuniu-se com o Embaixador da República do Peru em Portugal, Carlos Gil de Montes, no passado dia 22 de setembro. O propósito do encontro foi debater as oportunidades económicas entre Portugal e o Peru e os caminhos possíveis de colaboração entre a Embaixada do Peru e a CIP por forma a aumentar as relações bilaterais entre os dois países.

Segundo a AICEP, em 2022, o valor das exportações de Portugal para o Peru foi de 29 milhões de euros, enquanto as importações ascenderam a 33 milhões de euros, o que representou um défice de 3.435 mil euros para o nosso país. ■

Sistema de Certificação de Cibersegurança preocupa a CIP



A CIP enviou uma carta ao Centro Nacional de Cibersegurança em Portugal, para expressar o descontentamento face ao posicionamento de alguns Estados-Membros que têm influenciado a proposta em discussão sobre o Sistema de Certificação de Cibersegurança dos Serviços Cloud da União Europeia (EUCS). A Confederação considera que esta intervenção ameaça tornar o EUCS numa ferramenta pouco eficaz e,

mais do que isso, poderá ser prejudicial ao desenvolvimento e competitividade da economia europeia como um todo.

O Presidente da CIP apelou, assim, às entidades nacionais para que estas "possam ativamente advogar por uma proposta final que apoie as empresas portuguesas, rejeitando a introdução de requisitos 'soberanistas' que mais não visam do que limitar a escolha, em benefício de alguns". ■

32BIEMH

3-7 JUNHO 2024
Bilbau, Espanha

ARE
YOU
READY

COME TO
BIEMH

**Conhecimento, tecnologia
e oportunidades que
antecipam o futuro da
indústria.**

International
Tel. +34 94 404 0092
biemh@bec.eu

Parceiro institucional:

Organizadores:



CONJUNTURA ECONÓMICA

Crescimento nulo em Portugal e na Europa

ENVOLVENTE INTERNACIONAL

Combate à inflação refreia crescimento mundial

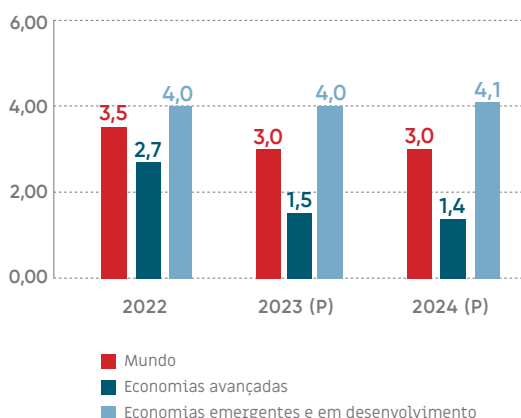
Apesar de ligeiramente mais positivas do que em abril, as projeções de julho do FMI apontam para uma desaceleração pronunciada do crescimento nas economias avançadas, de 2,7% em 2022 para 1,5% em 2023 e 1,4% 2024. Esta evolução pesará no crescimento mundial, que abrandará de 3,5% em 2022 para 3,0% em 2022 e 2023.

Estas perspetivas refletem a postura política rígida necessária para reduzir a inflação, bem como o prolongamento da guerra na Ucrânia e a crescente fragmentação geoeconómica.

Embora a inflação esteja a diminuir sob o efeito dos aumentos das taxas de juros e da queda dos preços de alimentos e energia, as pressões sobre os preços estão a revelar-se persistentes, levando os principais bancos centrais a manter uma política monetária mais restritiva.

GRÁFICO 1

PIB no mundo, econ. avançadas e em desenvolvimento
(variação real em %)



A área do euro manteve o reduzido crescimento registado no primeiro trimestre (entretanto revisto de 0% para 0,1%). Na média da União Europeia (UE) o crescimento foi nulo, depois dos 0,2% registados no início do ano.

Em termos homólogos, mantém-se a trajetória de abrandamento, em ambos os casos, com as taxas de crescimento do PIB a reduzirem-se para 0,5% na área do euro e 0,4% na UE.

No segundo trimestre, a atividade económica estagnou na Alemanha (após as contrações em cadeia registadas

nos dois trimestres anteriores). As restantes economias europeias de maior dimensão registaram comportamentos díspares, com a França a recuperar para 0,5%, Espanha a desacelerar ligeiramente para 0,4% e a Itália a cair 0,4%.

Nas suas previsões do verão, a Comissão Europeia reviu em baixa o crescimento projetado para a União Europeia em 2023 (de 1,0% para 0,8%, revertendo a revisão da primavera) e em 2024 (de 1,7% para 1,4%). As revisões relativas à área do euro foram de magnitude semelhante.

A contração económica de 0,4% esperada para a Alemanha este ano (quando anteriormente se previa um crescimento de 0,2%) afetará todos os Estados-Membros (em especial os que estão mais dependentes do mercado alemão).

Apesar da queda dos preços da energia e do comportamento do mercado do trabalho (com baixas taxas de desemprego, expansão do emprego e aumentos salariais) a inflação está a pesar mais do que o previsto sobre o consumo. Prevê-se que o reduzido dinamismo da economia se prolongue até 2024 e que o impacto da política monetária restritiva continue a restringir a atividade económica. No entanto, projeta-se já para o próximo ano uma ligeira recuperação do crescimento, à medida que a inflação continua a diminuir e o mercado de trabalho permanece robusto, permitindo a recuperação gradual dos rendimentos.

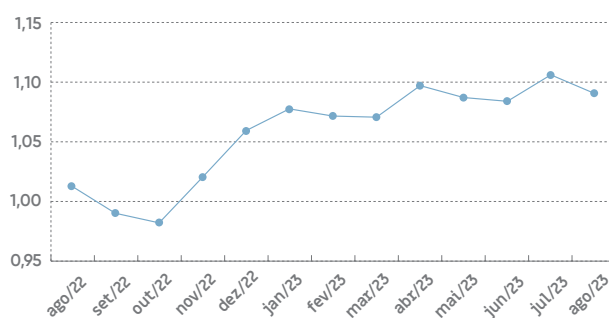
COTAÇÕES INTERNACIONAIS

Euro corrige em baixa

O euro recuperou face ao dólar dos Estados Unidos a partir do início de junho, chegando a superar 1,12 dólares em meados de julho, para voltar depois a depreciar, tendo fechado agosto em cerca de 1,09 dólares.

GRÁFICO 2

Taxa de câmbio EUR/USD (média mensal)



Preços da energia revelam instabilidade

O preço do Brent reverteu completamente a queda registada entre meados de abril e finais de junho, aproximando-se já dos 89 euros por barril no final de agosto.

O preço do gás na Europa (índice TTF) apresentou alguma instabilidade nos últimos três meses, oscilando entre 23,1 euros por MWh (no início de junho) e 42,9 euros (em 22 de agosto).

O índice de preços das matérias-primas não energéticas do Banco de Portugal interrompeu, em julho, a trajetória descendente registada desde o início do ano, mas num nível 48% abaixo de há um ano.

PORTUGAL

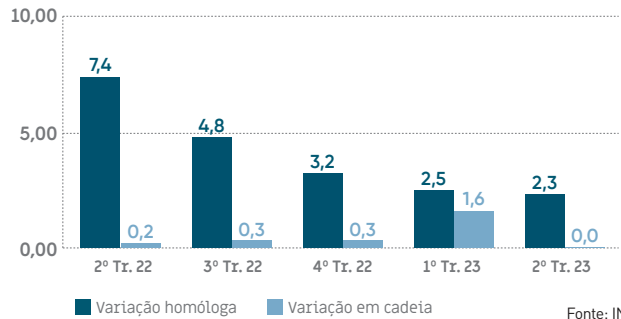
Resultados do segundo trimestre arrefecem os ânimos

Após os resultados do início do ano, que surpreenderam pela positiva devido ao bom desempenho das exportações, o PIB registou um crescimento nulo em cadeia no segundo trimestre. Em termos homólogos, mantém-se a trajetória de desaceleração (de 2,5% para 2,3%) – ver gráfico 3.

GRÁFICO 3

PIB – variação homóloga e em cadeia

(em volume, %)



EVOLUÇÃO DO PIB NA ÓTICA DA PROCURA
(Taxas de variação em cadeia)

	2º Tr. 22	3º Tr. 22	4º Tr. 22	1º Tr. 23	2º Tr. 23
PIB	0,2	0,3	0,3	1,6	0,0
Consumo privado	0,7	1,0	-0,5	0,2	0,6
Consumo público	-0,5	0,2	0,8	-0,3	0,4
FBCF	-2,3	-0,5	3,6	-0,5	-1,6
Exportações	3,1	0,8	-0,1	6,1	-2,3
Importações	1,5	1,6	0,4	1,0	-1,6

Fonte: INE

No segundo trimestre, a diminuição das exportações (mais intensa do que a das importações) levou a que o contributo da procura externa líquida para a variação em cadeia do PIB tenha sido negativa (-0,4 p.p.), compensando o contributo positivo da procura interna, que refletiu a aceleração do consumo privado na sua componente de bens não duradouros e serviços.

A FBCF sofreu uma contração em cadeia mais profunda, compensada parcialmente pela evolução positiva da variação de existências (ao contrário do que se verificou no primeiro trimestre).

Apesar do pior desempenho das exportações, os ganhos dos termos de troca permitiram que o saldo externo de Bens e Serviços tenha sido positivo pelo segundo trimestre consecutivo (em máximos históricos de mais de mil milhões de euros).

Estes resultados vêm pôr em causa as mais recentes projeções para o crescimento do PIB no cômputo de 2023 (revistas na sequência do bom desempenho da economia no primeiro trimestre), nomeadamente do Banco de Portugal (2,7%), do FMI (2,6%), da OCDE (2,5%) e da Comissão Europeia (2,4%). Se a economia se mantiver estagnada, o crescimento em 2023 será de 2,1%.

Os indicadores mensais mostram uma tendência de abrandamento do volume de negócios das empresas nos últimos meses com dados disponíveis – ver gráfico 4 – com o comércio a retalho a estabilizar o respetivo crescimento, mas a indústria a registar reduções significativas desde abril.

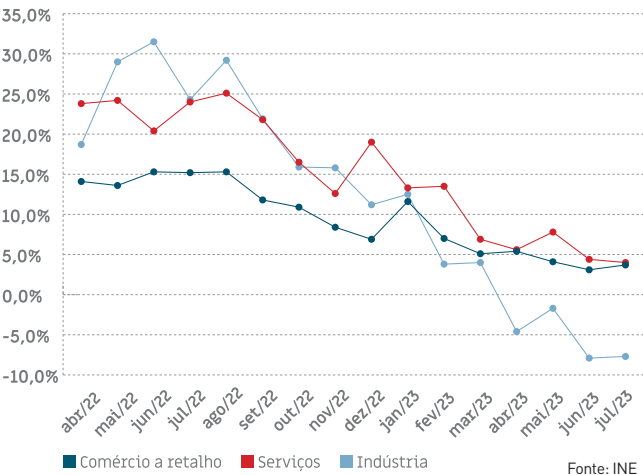
Contudo, os valores não estão deflacionados, refletindo por isso a evolução dos preços, que na produção industrial tiveram uma redução homóloga de 6,7%, em julho.

No caso do comércio a retalho, o volume de negócios manteve, em termos reais, uma evolução homóloga positiva, tendo mesmo recuperado, em junho e julho, para um crescimento real de 3,6%.

GRÁFICO 4

Índices de volume de negócios

(Variações homólogas em %)



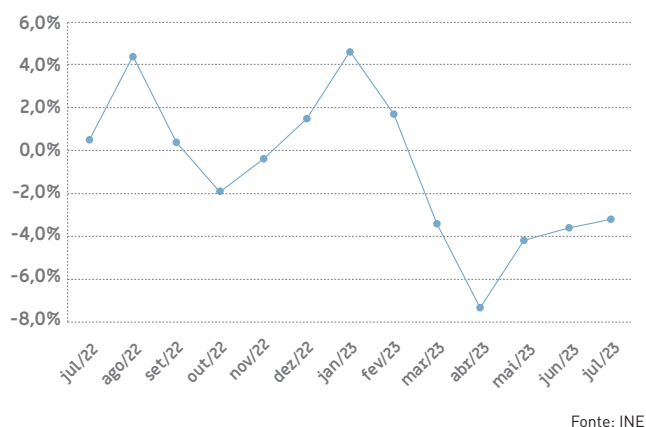
Fonte: INE

Em julho, a produção industrial continuou em queda, pelo quinto mês consecutivo, com uma taxa de variação homóloga de -3,2% – ver gráfico 5.

GRÁFICO 5

Índice de produção industrial

(Variações homólogas)



Mercado de trabalho

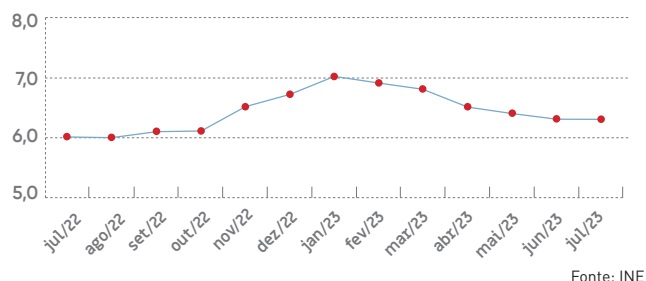
De acordo com os últimos dados disponíveis, a população empregada atingiu, em maio, um novo máximo histórico (4,918 milhões de pessoas), sofrendo, em junho e julho, diminuições líquidas de 6,2 mil e 2,7 mil pessoas, respetivamente.

Apesar desta recente redução líquida do emprego, o número de desempregados diminuiu consecutivamente nos últimos seis meses e a taxa de desemprego diminuiu gradualmente de 7,0%, em janeiro, para 6,3% em junho, mantendo-se nesse valor em julho – ver gráfico 6.

GRÁFICO 6

Taxa de desemprego

(com correção de sazonalidade)



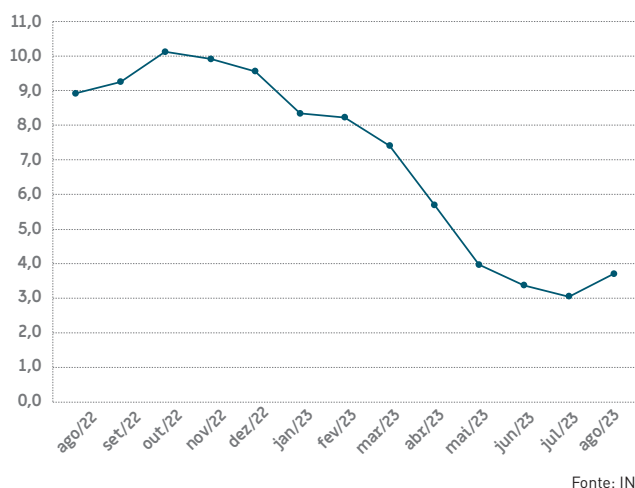
Combustíveis interrompem trajetória de redução da inflação

A taxa de inflação, aferida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC), aumentou para 3,7% em agosto (depois de ter atingido 3,1% em julho), interrompendo a trajetória de redução registada desde o máximo de 10,1% observado em outubro – ver gráfico 7. De acordo com o INE, esta aceleração é essencialmente explicada pelo aumento de preços registado nos combustíveis. O indicador de inflação subjacente (que exclui os produtos alimentares não transformados e energéticos) terá prosseguido a tendência decrescente, passando para 4,5%, já significativamente abaixo do máximo de 7,3% registado em dezembro.

GRÁFICO 7

Inflação

(variação homóloga do IPC, %)



CIP – Direção de Inteligência Económica
(elaborado com informação até 26/09/2023)

MEDIDA COMPROMISSO EMPREGO SUSTENTÁVEL

Um compromisso com o emprego e com as empresas

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

A medida Compromisso Emprego Sustentável (CES), criada pela Portaria n.º 38/2022, de 17 de janeiro, na atual redação, tem vindo a conhecer um assinalável impacto junto do tecido empresarial, com importante volume de candidaturas que até 31 de agosto de 2023 registava já 24.468 novos postos de trabalho apoiados com um esforço financeiro de 222 milhões de euros, com 120 milhões de euros já efetivamente pagos.

De referir que este quadro de apoio, possibilitado pela oportunidade de financiamento através do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR, permitiu que se criasse um conjunto de incentivos de apoio à contratação que suplantou sustentadamente regimes anteriores, dinamizando e fortalecendo um meio empresarial debilitado pelos efeitos da pandemia, conduzindo à criação de emprego com maior qualidade, porque suportado na contratação sem termo e na procura de fixação de níveis remuneratórios mais elevados, no reforço de estímulo a contratação de públicos em situação de maior desfavorecimento com 6 tipos diferentes de majorações (sendo possível acumular até 3), combinando-se, ainda, a atribuição de apoios ao pagamento de contribuições para a Segurança Social.

Este grupo de incentivos dá prioridade à criação de emprego sustentável, conforme indica o próprio nome da medida, apostando ainda na valorização das competências e qualificação dos trabalhadores, uma vez que a entidade empregadora está obrigada a proporcionar formação profissional ao trabalhador contratado.

O CES apresenta-se, portanto, como uma importante medida com caráter excecional e transitório, assentando na contratação de desempregados inscritos no IEFP, que, para efeitos de acesso, bastam ter a sua inscrição ativa, sem necessidade de observância de período prévio de permanência no ficheiro de inscritos, incluindo-se como destinatários, entre outros, os ex-estagiários que tenham concluído há menos de 12 meses estágio financiado pelo IEFP, I. P..

Nestes termos, o apoio financeiro prestado no âmbito do CES corresponde a 12 vezes o valor do indexante dos apoios sociais (IAS), ou seja, 5.765 euros em 2023.

Estes apoios são majorados nos seguintes casos (as majorações são cumuláveis entre si até ao limite de três):

- Em 25% quando esteja em causa:
 - A celebração de contrato com jovem com idade igual ou inferior a 35 anos;

- A celebração de contrato com desempregado de longa duração;
- A celebração de contrato com remuneração base igual ou superior a 1.330 euros;
- Posto de trabalho localizado em território do interior, nos termos definidos pela Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho, na sua redação atual;
- Entidade empregadora que seja parte de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT) negocial, nos termos do artigo 2.º do Código do Trabalho.

→ Em 35% quando esteja em causa a contratação de pessoa com deficiência e incapacidade.

Este apoio é ainda majorado em 30%, ao abrigo da medida Promoção de Igualdade de Género no Mercado de Trabalho (Portaria n.º 84/2015, de 20 de março), quando se trate de contratação de desempregados de sexo sub-representado em determinada profissão.

Pelo exposto, a aposta no incremento do emprego e das empresas que o promovem é um compromisso essencial desta medida, valorizando-se a qualidade do emprego, a criação líquida de postos de trabalho e a manutenção do nível de emprego atingido por via do apoio por um prazo não inferior a 2 anos.

Podem ser obtidas informações sobre a medida, bem como sob a forma de aceder aos apoios e os respetivos mecanismos de análise e decisão, através de consulta ao Portal do IEFP em Apoios à Contratação - IEFP, I.P..

As candidaturas podem ser apresentadas até às 18h00 do dia 28 de dezembro de 2023. ■





**Junte a sua empresa a este movimento
de transformação energética**

**Formação profissional nas áreas da energia renovável, economia
circular, eficiência hídrica, mobilidade sustentável e eficiência energética**

Requalificação de pessoas desempregadas

**Apoio extraordinário no valor equivalente a 50%
do indexante dos apoios sociais, por trabalhador**

Informe-se em



**INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL**



Majoração dos encargos com pessoal não chega a todas as empresas em 2023

A aplicação da norma fiscal definida pelo Governo “limita de forma injustificada” o acesso à majoração dos custos com a valorização salarial que as empresas efetivamente suportaram, em 2023, alerta a CIP.

A CIP – Confederação Empresarial de Portugal continua a trabalhar, com vista a salvaguardar e assegurar os interesses das empresas e a preservação da sua competitividade. Foi com este objetivo que, nas últimas reuniões da Comissão Permanente da Concertação Social (CPCS), reiterou e reforçou o seu posicionamento sobre dois temas críticos: a movimentação e mobilização do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), e o quadro da majoração dos encargos com o pessoal das empresas que promovam a valorização salarial.

Este segundo ponto, em particular, foi objeto de Despacho Conjunto das Finanças e do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, de 8 de setembro de 2023, transcrito no Ofício Circulado N.º 20260/2023 da Autoridade Tributária.

A aplicação da norma fiscal, definida pelo Governo para o ano de 2023 no citado Despacho, limita o acesso à majoração dos custos com a valorização salarial que as empresas efetivamente suportaram, sem justificação para restringir administrativamente o universo

das empresas que podem beneficiar da majoração, o número de trabalhadores abrangidos ou mesmo a especificidade dos trabalhadores.

Disso mesmo já tinha dado nota a CIP num Comunicado que, no passado dia 12 de junho, partilhou com os seus associados e empresários. Sobre a majoração dos custos com a valorização salarial em sede de IRC, a Confederação reforça que a norma inscrita no Orçamento do Estado para 2023 (novo artigo 19º-B do Estatuto dos Benefícios

Visando ilustrar a irrazoabilidade da norma, o Presidente da CIP apoiou-se num exemplo: “No caso de uma empresa a que seja aplicável um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho e que aumente os trabalhadores em 5,1%, em 2023, ainda assim não pode beneficiar da majoração se a contratação coletiva não determinar explicitamente um aumento nessa percentagem para esse trabalhador”, explicou Armindo Monteiro à saída da reunião da CPCS, lembrando que a contratação coletiva pode ser plurianual e, como tal, já ter acontecido antes de outubro de 2022, altura em que foi assinado o Acordo de Competitividade e Rendimentos.

A CIP considera, assim, ser importante, para a adequada aplicação do Acordo, que a majoração fiscal dos encargos com a valorização salarial se aplique, nos próximos anos de vigência do Acordo, ao universo de empresas que aumentaram as remunerações dos seus trabalhadores em 5,1%, dando ainda nota que, se o seguimento não for esse, “não terá a concordância da CIP”.

Acesso das empresas ao FCT

Já no que diz respeito à movimentação e mobilização do Fundo de Compensação do Trabalho, a CIP ressalta que o Governo reconheceu que este passa a ser constituído pelas contas globais dos empregadores, podendo essa movimentação ser feita

“Uma empresa a que seja aplicável um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho e que aumente os trabalhadores em 5,1%, em 2023, ainda assim não pode beneficiar da majoração se a contratação coletiva não determinar explicitamente um aumento nessa percentagem”

ARMINDO MONTEIRO

pelas empresas a partir do último trimestre de 2023.

Ao abrigo deste fundo passa a ser possível financiar a qualificação e a formação certificada dos trabalhadores, bem como apoiar os custos e investimentos com habitação dos trabalhadores ou pagar até 50% da compensação devida por cessação de contrato de trabalho.

Para poderem movimentar as verbas entregues ao FCT, as empresas têm de auscultar a comissão de trabalhadores ou, não existindo estas, as comissões intersindicais, as comissões sindicais ou os delegados sindicais. Essas entidades só podem opor-se à movimentação dos valores, num prazo de 10 dias, se a utilização das verbas se destinar a finalidades que não as previstas ou se houver desrespeito a princípios constitucionalmente assumidos e que, neste âmbito, a CIP venceu e o Governo ficou de deixar bem claros.

“Com esta evolução, para a qual a CIP trabalhou ativamente, garante-se não apenas que as empresas tenham deixado de pagar para o FCT e FGCT desde maio, conforme previsto no Acordo de médio e longo prazo assinado, mas também a adequada movimentação pelas empresas das verbas descontadas nos últimos 10 anos e que são suas”, afirma a CIP. ■

Fiscais) “não corresponde nem à letra nem ao espírito” do que consta do Acordo de Competitividade e Rendimentos, celebrado a 9 de outubro de 2022.

De recordar que o Acordo de Competitividade e Rendimentos estabelece um incentivo fiscal em sede de IRC, através da majoração dos custos com a valorização salarial – remunerações e contribuições sociais – para as empresas que, no âmbito de contratação coletiva, aumentem salários, em pelo menos 5,1%, no que respeita a 2023, definindo ainda 4,8%, 4,7% e 4,6%, como objetivos para 2024, 2025 e 2026, respetivamente.

Fundo de Compensação do Trabalho: Modelo de movimentação das contas

- a) Os saldos inferiores a 400 mil euros podem ser movimentados até duas vezes pelas empresas, em qualquer momento.
- b) Os saldos superiores a 400 mil euros podem ser movimentados até quatro vezes pelas empresas, a partir do último trimestre de 2023 e, no limite, até 31 de dezembro de 2026.



Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras arranca com muitas dúvidas

POR: DIREÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

O CBAM entrou em vigor, numa fase de transição, a 1 de outubro. Para facilitar uma implementação suave, nenhum pagamento terá de ser feito pelos importadores da UE durante o período transitório que dura até ao final de 2025, mas as empresas revelam preocupação face à sua complexidade e funcionamento.

Face às diferenças entre os níveis de ambição climática entre a União Europeia (UE) e muitos países terceiros, a Comissão Europeia desenvolveu um Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras – CBAM do inglês “Carbon Border Adjustment Mechanism”, cujas regras foram definidas pelo Regulamento (UE) 2023/956, de 16 de maio.

Este sistema, cuja fase de transição se inicia agora, aplica um preço ao carbono emitido durante a fase de produção dos produtos importados de terceiros países. Esse custo procura corresponder ao custo de carbono a que estão sujeitas as

empresas produtoras europeias desses mesmos produtos.

Os objetivos do CBAM são, em primeiro lugar, incentivar uma indústria mais limpa em países não UE, e, simultaneamente, mitigar o risco de fuga de carbono que ocorre quando as indústrias transferem a produção poluente para outros países com políticas climáticas menos rigorosas, ou quando os produtos da UE são substituídos por importações mais intensivas em carbono.

Durante este período de transição, que se iniciou a 1 de outubro deste ano

e vigorará até 31 de dezembro de 2025, nenhum pagamento será devido pelos importadores da UE, mas apenas o reporte de acordo com as regras estabelecidas no Regulamento de Implementação C(2023) 5512.

Como irá o CBAM funcionar em pleno

A partir de 1 de janeiro de 2026, os importadores da UE de produtos abrangidos pelo CBAM terão de comprar certificados CBAM. O preço dos certificados será calculado em função do preço médio semanal do leilão das licenças CELE (Comércio Europeu de Licenças de Emissão).

As dúvidas que o mecanismo suscita

Apesar do sistema ter objetivos meritórios, restam muitas dúvidas sobre a sua eficácia.

Em primeiro lugar, não protege à partida as exportações europeias. Se a longo prazo incentivar de facto o aumento da ambição dos países não UE nossos concorrentes, talvez se vislumbre o tão desejado equilíbrio. Mas é um grande “se”, pois, os grandes emissores de carbono continuam a dar poucos sinais de compromisso. E é preciso não esquecer que o custo de carbono imposto pelo CBAM, apenas se aplica à parcela de produção desses países que se destina ao mercado da UE, enquanto o custo do carbono imposto aos produtores europeus se aplica a 100% da sua produção.

Em segundo lugar, existem muitas dúvidas quanto à validação dos dados que serão reportados e com base nos quais se irá calcular o custo de carbono a cobrar sobre as importações.

As preocupações das empresas

A complexidade de implementação do CBAM levanta preocupações tanto para os importadores que terão que implementar a medida, como para os setores CBAM que receiam várias formas de evasão para as quais ainda não existem garantias de proteção adequadas.

Está previsto a Comissão Europeia poder adicionar produtos à lista do Anexo I, produtos que são apenas ligeiras modificações dos produtos originais. Esta abordagem, porém, ignora os restantes mecanismos potenciais de evasão como a triangulação de origem ou a incorporação dos produtos cobertos noutros bens finais.

Os importadores podem não conseguir obter toda a informação necessária por parte dos produtores não UE que, em última análise, têm controlo total sobre os dados. Estas dificuldades, que se esperam venham a ser trabalhadas durante o período experimental, aumentam igualmente os riscos de evasão da medida.

Apesar de ser um período experimental sem implicações financeiras, as empresas estão preocupadas com a falta de orientações suficientes e dos documentos técnicos necessários para o primeiro momento de reporte já em maio de 2024

À data de entrada em funcionamento do período transitório, quando este artigo foi escrito, as empresas têm muitas dúvidas e incertezas relativamente ao seu funcionamento. Apesar de ser um período experimental sem implicações financeiras, as empresas estão preocupadas com a falta de orientações suficientes e dos documentos técnicos necessários para o primeiro momento de reporte já em maio de 2024 sobre as importações de 2023. Os importadores das mercadorias deverão, individualmente ou por meio de representante, solicitar o estatuto de declarante CBAM autorizado, na plataforma “CBAM Transitional Registry”, gerida pela autoridade competente nacional, que, segundo a lista provisória da Comissão Europeia, será a Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

A manutenção de um diálogo aberto da Comissão Europeia com a indústria europeia durante toda a fase experimental, é essencial, especialmente para identificação dos riscos de evasão, e validação dos dados reportados.

É extremamente importante monitorizar a eficácia do CBAM sobre o risco de fuga de carbono, assim como o impacto nos setores a jusante dos setores CBAM, dado que as suas matérias-primas passarão a ter um custo acrescido, fazendo com que os produtos acabados produzidos fora da UE, que contenham essas matérias, venham a obter vantagens competitivas sobre produtos semelhantes produzidos na UE, quer no mercado único quer em outros mercados. ■

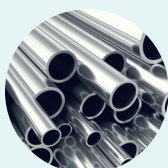
PRODUTOS ABRANGIDOS PELO CBAM



Cimento



Ferro e Aço



Alumínio



Fertilizantes



Hidrogénio



Eletricidade

CIP reforça representatividade com 27 novos associados

Em 2023, a CIP – Confederação Empresarial de Portugal reforçou a sua posição enquanto a maior e mais representativa estrutura associativa empresarial nacional, com a entrada de 27 novos associados. A quase totalidade surge no contexto do mandato dos Órgãos Sociais, para o quadriénio 2023-2027, da CIP, que fica com uma rede associativa ainda mais forte e abrangente.





Rafael Campos Pereira

Vice-Presidente da CIP
Vice-Presidente Executivo
da AIMMAP

“É das exportações que se alimenta o crescimento, ainda que anémico, do PIB nacional. Na verdade, as exportações são o único pilar que mantém o crescimento da economia nacional ‘à tona’”

Em 2022 as exportações nacionais atingiram um notável máximo histórico, com um total de 120 mil milhões de euros, que representaram cerca de 50% do PIB. Verifica-se que, num período de pouco mais de uma década, as exportações nacionais mais do que duplicaram, com as exportações de bens a representarem cerca de 65% do total.

Pela sua extraordinária dimensão, o setor metalúrgico e metalomecânico foi, em termos absolutos, o que mais contribuiu para esta performance, tendo atingido um novo recorde em 2022, com vendas ao exterior de 23.080 milhões de euros. Mas muitos outros setores evidenciaram em 2022 crescimentos igualmente significativos e sustentados, como foram os casos, entre vários outros, do têxtil e vestuário, do calçado e da cortiça, com crescimentos homólogos de, respetivamente, 13,1%, 22,2% e 7%.

No caso específico do setor metalúrgico e metalomecânico, o primeiro semestre

Como estão a reagir as exportações portuguesas?

de 2023 continuou a transmitir um comportamento muito positivo das exportações, tendo sido inclusivamente o melhor primeiro semestre de sempre somando o montante de 12.865 milhões de euros, o que representou um crescimento homólogo de 11,6%.

No entanto, alguns setores poderão estar a revelar algum abrandamento, sendo aliás certo que o mês de julho já começou a refletir isso mesmo.

Em qualquer circunstância, é das exportações que se alimenta o crescimento, ainda que anémico, do PIB nacional. Na verdade, as exportações são o único pilar que mantém o crescimento da economia nacional “à tona”. E isso deve-se à audácia e empreendedorismo dos empresários portugueses, que olham sem medo para os mercados externos e encaram-nos como seu potencial mercado natural, apostando simultaneamente na qualidade e sofisticação dos seus produtos e serviços.

Por outro lado, nesta fase pós-pandémica e perante uma situação de guerra na Ucrânia, as empresas nacionais têm vindo a beneficiar de um cenário de maior proximidade das cadeias de abastecimento, já que as grandes empresas internacionais acabam por escolher Portugal em detrimento de fornecedores de outras geografias.

Sendo absolutamente exageradas as teses que antecipam o fim da globalização, não deixa de ser verdade que estamos atualmente a viver num contexto bastante diferente. Há quem qualifique este novo mundo emergente como de globalização fragmentada, em que os compradores tendem a privilegiar fornecedores de geografias mais próximas e/ou integrados nos mesmos espaços culturais.

Naturalmente, esta é uma boa notícia para a economia portuguesa e para

as suas empresas exportadoras, tendo em conta o facto de praticamente 80% das suas vendas ao exterior estarem concentradas na União Europeia, no Reino Unido, no norte de África e nos Estados Unidos da América.

Sendo as exportações o grande motor da atividade económica e havendo todas as condições para que a sua trajetória continue a ser ascendente, causa profunda estranheza que as políticas públicas persistam em negligenciar a implementação de medidas capazes de contribuir para a modernização das empresas e particularmente para o reforço da sua produtividade.

Para além de uma política fiscal que afugenta talentos e asfixia as empresas, impedindo que estas tenham recursos disponíveis para investir naquilo que realmente importa e que permitiria alavancar a produtividade, a modernização tecnológica também não é uma prioridade nos critérios de aplicação do PRR ou do PT 2030. Em boa verdade, o país precisaria que estes fundos fossem aplicados de forma bem mais eficiente entregando-se uma fatia maior do bolo à iniciativa privada, que é quem realmente sustenta económica e socialmente o país, e em consequência as próprias contas do Estado, já que são os impostos que alimentam a receita pública.

Num contexto histórico em que a Europa parece finalmente ter percebido que a sua subsistência passa obrigatoriamente pelo reforço da respetiva autonomia estratégica, é fundamental que Portugal saiba conceber e executar os melhores investimentos produtivos, capazes de alavancar a sua produtividade e aumentar o valor acrescentado dos seus produtos.

Este caminho é absolutamente imperativo para Portugal. ■

Europa ultima Regulamento sobre Matérias-Primas Críticas

É perspectivado que, até ao fim de 2023, a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu cheguem a acordo sobre o pacote legislativo para redução dos riscos no abastecimento e aprovisionamento das matérias-primas críticas e estratégicas indispensáveis para a Europa.

Dando continuidade às propostas contidas no Plano Industrial do Pacto Ecológico e no seguimento do ato legislativo relativo a uma indústria de impacto zero, a Comissão Europeia (COM) apresentou, em março de 2023, o ato legislativo sobre as matérias-primas críticas. Este pacote legislativo composto por um regulamento e uma comunicação, visa a redução dos riscos no abastecimento e aprovisionamento das matérias-primas críticas e estratégicas indispensáveis para a descarbonização da economia, produção industrial e ainda para a Defesa na Europa. Nesse sentido, e procurando reforçar as diferentes fases das cadeias de valor estratégicas e assegurar o aumento das capacidades da União Europeia (UE) até 2030, a proposta de regulamento:

- Identifica 16 matérias-primas estratégicas e 34 matérias-primas críticas essenciais para a transição verde e digital e para os setores da Defesa e Espaço.
- Estabelece parâmetros de referência para a proveniência e utilização de matérias-primas estratégicas

nas três fases: extração, transformação e reciclagem.

- Define critérios e procedimentos com vista à identificação e implementação de projetos estratégicos e seu posterior financiamento, licenciamento e implementação.
- Elenca procedimentos relativos à monitorização e coordenação entre Estados-Membros (EM) das cadeias de abastecimento e das reservas estratégicas.

Com vista à sustentabilidade e economia circular, a proposta:

- Exorta os EM a implementar medidas para melhorar a recolha de resíduos provenientes de matérias-primas e assegurar a sua reciclagem em matérias-primas secundárias críticas, assim como analisar o potencial de recuperação de matérias-primas críticas a partir de resíduos provenientes da extração mineira.

- Solicita aos EM o desenvolvimento e implementação de parcerias com vista à formação profissional na área das matérias-primas críticas.

- Propõe a criação de um Clube das Matérias-Primas Críticas, visando alinhar países com interesses comuns, consolidar as cadeias de abastecimento, melhorar o Global Gateway, encetar parcerias com mercados emergentes e auxiliar os países parceiros a desenvolver as suas indústrias extrativas e de transformação.

- O regulamento estabelece ainda um Conselho de Matérias-Primas Críticas, responsável por avaliar as candidaturas a projetos estratégicos; monitorizar o funcionamento das cadeias de abastecimento relacionadas com matérias-primas críticas; analisar o progresso da implementação dos programas nacionais relativos à exploração de matérias-primas críticas e estratégicas.



Os contributos da CIP

Após consulta aos seus associados, a CIP saudou a proposta legislativa, uma vez que apresenta soluções com vista à transição ecológica e digital, nomeadamente através da extração, transformação e (sobretudo) reciclagem das referidas matérias-primas, do desenvolvimento das indústrias associadas, e do reforço das relações comerciais, de investimento e de cooperação com países terceiros. Relevou ainda a compra conjunta de matérias-primas por forma a evitar fragmentações no mercado interno.

Não existindo divergências de fundo, persistem alguns “pontos de fricção” entre propostas, nomeadamente quanto ao processo de licenciamento dos projetos estratégicos e à designação da entidade nacional responsável pela concessão de licenças

No entanto, apontou aspetos a melhorar, nomeadamente quanto à identificação/classificação de projetos estratégicos, aos limites temporais para o licenciamento e avaliações de impacto ambiental, bem como uma maior harmonia com outros pacotes legislativos ambientais europeus. Indicou ainda que a proposta deveria dar maior enfoque a medidas dedicadas à investigação e inovação para contrariar as necessidades de curto prazo

de extração e processamento e, assim, promover as atividades de reciclagem e substituição de matérias-primas. O documento deveria ainda permitir a adaptação e revisão de algumas disposições a curto prazo, como a lista de matérias-primas críticas e estratégicas.

A BusinessEurope (BE) elaborou um documento (contendo os contributos da CIP) a solicitar a redução dos prazos para a identificação de projetos estratégicos, licenciamento e avaliações de impacto ambiental; a simplificação regulamentar e coerência com outros pacotes legislativos; clarificação quanto às obrigações e procedimentos relativos à proteção e divulgação de dados (associados aos stocks das cadeias de abastecimento).

O Conselho da União Europeia (CONS) apresentou, em junho de 2023, na sua posição de negociação, algumas propostas de alteração no que concerne aos parâmetros de referência e atualização das listas de matérias-primas críticas; ao reforço das medidas nacionais em matéria de sustentabilidade e circularidade; à adaptação do regulamento aos sistemas administrativos de cada Estado-Membro; ao licenciamento e monitorização da aquisição e captação de investimento por forma a evitar fragmentação do mercado; ao alinhamento com outra legislação europeia relevante. Sobre esta proposta, a BE apresentou algumas reservas relativas à flexibilização do prazo para atribuição de licenças e a validade dos estudos de impacto ambiental, bem como

quanto às condições ambientais para a importação de matérias-primas.

A proposta do Parlamento Europeu (PE) aprovada em setembro de 2023, assenta em cinco prioridades: a promoção da inovação e investigação por forma a desenvolver a substituição e reutilização de produtos e materiais; a simplificação administrativa para as empresas; a redução dos encargos para as empresas, especialmente as PME; maior apoio financeiro às empresas para promover o salto ecológico e tecnológico; a melhoria das parcerias estratégicas com países terceiros. A relatora salientou que a indústria europeia deve ser preservada e incentivada ao longo da cadeia de valor para investir, extrair, refinar, produzir, mas sobretudo reciclar e substituir.

COM, CONS e PE relevaram a importância deste dossiê, não existindo divergências de fundo entre EM e grupos parlamentares, o que se espelhou na celeridade da sua aprovação interna. No entanto, persistem alguns “pontos de fricção” entre propostas, nomeadamente quanto ao processo de licenciamento dos projetos estratégicos e quanto à designação da entidade nacional responsável pelo processo de concessão de licenças. Estas serão alvo de negociação mais detalhada aquando dos trólogos, prevendo-se que o regulamento esteja acordado entre as três instituições no final de 2023. ■

CIP – Direção de Relações Internacionais



Economia no centro do discurso sobre o Estado da União

A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, compareceu no Hemiciclo do Parlamento Europeu, no dia 13 de setembro, para o seu quarto discurso anual sobre o Estado da União e último do atual mandato.

Com as eleições do Parlamento Europeu à vista, em junho de 2024, Ursula von der Leyen salientou as conquistas da atual Comissão – que diz ter concretizado mais de 90% das orientações políticas apresentadas no início do mandato – e colocou as preocupações económicas em destaque ao longo do discurso.

Desafios económicos para a indústria europeia

Embora von der Leyen tenha referido a resiliência da economia europeia e enumerado conquistas, reconheceu – finalmente – os sérios riscos com que a economia e as empresas europeias se

deparam e que estão a abalar fortemente a prosperidade do bloco europeu.

A insuficiência de mão de obra e de competências, a inflação e a necessidade de facilitar a forma de fazer negócio são identificados como os principais desafios económicos para a indústria europeia. A Comissão avançou, assim, com as promessas de reduzir em 25% as obrigações de comunicação de informações das PME, de designar um representante da União Europeia (UE) para as PME na dependência direta da Presidente da Comissão, e de sujeitar os novos atos legislativos a um controlo

Apesar de referir a resiliência da economia europeia e enumerar conquistas, von der Leyen reconheceu – finalmente – os sérios riscos com que a economia e as empresas europeias se deparam e que estão a abalar fortemente a prosperidade da UE

de competitividade realizado. É preciso, agora, que se passe das intenções à sua concretização.

Foi anunciada, ainda, uma nova cimeira de parceiros sociais a realizar em Val Duchesse, em 2024, colocando a tónica nas insuficiências de mão de obra, competências e novos desafios decorrentes da Inteligência Artificial (IA).

Introdução da vertente económica na agenda climática

Von der Leyen exacerbou os resultados do pacto ecológico, os marcos atingidos e reforçou a sua crença sobre o potencial desta agenda de crescimento da UE. Mas o discurso denota os difíceis *trade-offs* desta matéria e a dificuldade crescente em concretizar as ambições climáticas da Comissão. Assim, a Presidente salientou que “alterámos a agenda climática para incluir aspetos económicos” e fortaleceu a necessidade de apoiar a indústria europeia nesta transição.

Concretizar a União geopolítica

As práticas comerciais desleais de concorrentes mundiais receberam destaque nas palavras de von der Leyen, que inclusivamente anunciou um inquérito anti--subvenções relativamente aos veículos elétricos provenientes da China. “Temos de nos

defender de práticas desleais”, mas acrescenta que é vital manter abertas as linhas de comunicação e diálogo com a China e que será esta a postura da UE com vista à Cimeira UE-China a decorrer ainda este ano.

Defendeu também a necessidade de manter a abordagem “Equipa Europa” para que a UE possa agir de forma estratégica, e continuar a impulsionar um comércio aberto e justo: propõe, na sua carta de intento, uma estratégia para África, e defende: “devemos apontar para concluir acordos com a Austrália, o México e o Mercosul até final deste ano”.

Salvaguardar a vantagem europeia em tecnologias críticas e emergentes

“A salvaguarda da vantagem europeia na área das tecnologias críticas e emergentes é um imperativo económico e de segurança nacional”, devendo assim assegurar-se que a Europa redobra esforços na área da segurança económica e não fica dependente de parceiros externos em matérias-primas vitais. Diálogos com a indústria, com o objetivo de apoiar todos os setores na definição de um modelo de negócios no contexto da descarbonização, e uma plataforma de financiamento europeu comum são assim referidos para “dinamizar, alavancar e orientar fundos da UE para investimentos numa miríade de domínios, da microeletrónica à computação quântica e à IA”.

Programa de trabalho da Comissão para 2024

O discurso sobre o Estado da União antecedeu o programa de trabalho da Comissão para 2024, que foi apresentado no dia 17 de outubro.

Com as eleições do Parlamento Europeu em junho de 2024, o último programa de trabalho desta Comissão foi naturalmente mais reduzido: anunciam 18 novas iniciativas, que compara com 43 em 2023, e estas são, na sua grande maioria, de caráter não-legislativo. A tónica é colocada na finalização das 154 propostas legislativas em curso.

De notar que se reconhece uma preocupação clara da Comissão Europeia face ao excesso de regulamentação, sendo que o programa para 2024 inclui iniciativas que visam reduzir as obrigações de declaração, enquanto outras serão submetidas a controlos de qualidade. Estes esforços representam um começo, mas é necessário um trabalho substancial para rever a regulamentação na Europa, sendo necessária uma abordagem muito mais ambiciosa, eliminando regulamentações intrusivas, pouco claras e contraditórias.

Para além disso, anunciou medidas para o setor europeu da energia eólica, incluindo acelerar a concessão de licenças, aperfeiçoar os sistemas de leilão em toda a UE, desenvolver competências, acesso ao financiamento e estabilidade das cadeias de fornecimento.

IA: líderes, mas só a nível legislativo

A inteligência artificial foi tema de destaque e a Presidente não se poupou nos alertas para os riscos desta tecnologia, que “está a avançar a uma velocidade superior à que até mesmo os seus criadores previam”. Defendeu assim que “cada vez temos menos tempo para aproveitar a oportunidade de orientar esta tecnologia de forma responsável” e que a Europa, juntamente com os seus parceiros, deverá liderar um novo quadro mundial para a IA. Infelizmente, as ideias apresentadas refletem uma grande preocupação em manter a liderança legislativa, mas ficam largamente aquém nos incentivos ao desenvolvimento desta tecnologia na Europa.

Mercado interno: o tema em falta

Um tema totalmente ausente do discurso foi a questão do mercado interno – que a CIP vê com preocupação, dado os sérios desequilíbrios que têm vindo a ser construídos ao longo dos últimos anos por via do relaxamento das regras de auxílios de Estado, e as medidas limitadas para reduzir as muitas barreiras que ainda limitam o bom funcionamento do mercado interno. ■

CIP – Delegação de Bruxelas



Paulo Morais

Diretor Território Portugal e Brasil
da Crédito y Caución

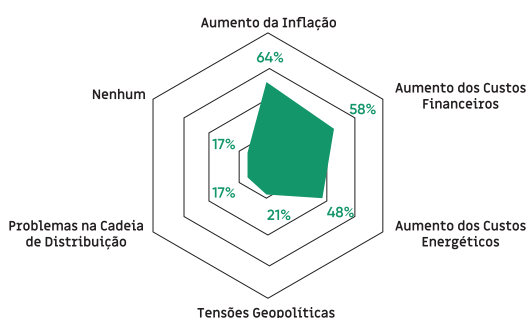
Atividade empresarial em risco com falta de controlo da morosidade

Estudo de Gestão de Risco realizado pela Crédito y Caución e Iberinform revela que a atividade da larga maioria das empresas portuguesas é afetada pela morosidade. O atraso ou incumprimento de operações de venda a crédito entre empresas coloca um número cada vez maior de empresas em risco de insolvência.

O Estudo de Risco de Crédito divulgado pela Crédito y Caución e Iberinform em 2023, envolvendo um painel de gestores de cerca de 300 empresas portuguesas de diferentes setores e dimensões, evidencia que 72% das empresas inquiridas sofreram impactos negativos com a morosidade na sua conta de resultados de 2022, com 13% dos inquiridos a correrem risco de insolvência devido ao incumprimento no pagamento de faturas de clientes. Este valor traduz uma subida de três pontos percentuais face aos dados apurados na anterior vaga deste estudo.

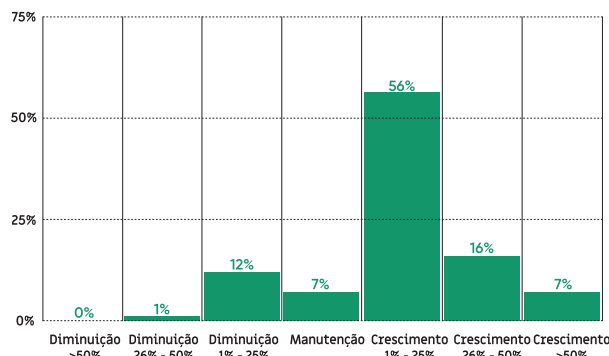
A falta de controlo sobre a morosidade constitui um risco importante para a atividade das empresas nacionais.

Gestão de Risco de Crédito Que eventos deterioraram significativamente os pagamentos e a solvência dos seus clientes?



Fonte: Estudo de Gestão de Risco de Crédito, Crédito y Caución, Iberinform, 2023

Gestão de Risco de Crédito Qual foi o comportamento da faturação na sua empresa em 2022?



Fonte: Estudo de Gestão de Risco de Crédito, Crédito y Caución, Iberinform, 2023

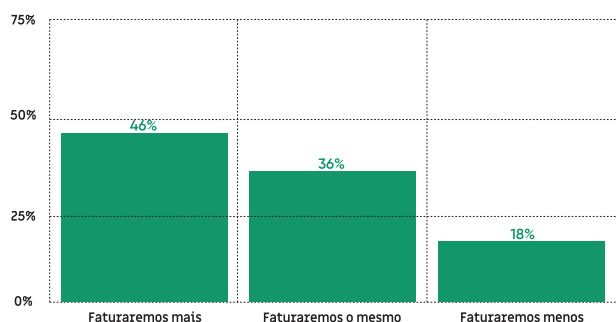
Além de colocar pressão sobre a liquidez das empresas, atua como travão nos investimentos, representando ainda um elemento de desestabilização das operações comerciais, especialmente para as micro e pequenas empresas.

Segundo o Estudo de Gestão de Risco da Crédito y Caución e Iberinform, 42% das empresas inquiridas sofreram um agravamento dos custos financeiros em 2022, em consequência da morosidade no pagamento de faturas vencidas, e 30% enfrentaram perdas de rendimento relevantes; 18% dos inquiridos declararam ter sofrido "incumprimentos significativos", valor que traduz um agravamento de dois pontos percentuais face ao resultado

do período anterior. Face a este cenário, 36% das empresas inquiridas foram obrigadas a travar projetos de expansão e 28% limitaram os investimentos.

A larga maioria das empresas participantes (83% dos inquiridos) sentiram os impactos do atual cenário económico no risco de crédito da sua carteira de clientes. Entre os eventos que influíram negativamente no comportamento de pagamento e nos níveis de solvência dos seus clientes, os gestores inquiridos destacaram: o aumento generalizado da inflação (evidenciado por 64% dos inquiridos), o agravamento dos custos financeiros (indicado por 58%) e os custos energéticos (apontados por 48% dos inquiridos). O estudo evidencia, ainda, as perturbações causadas pelo endurecimento das políticas monetárias. No estudo realizado em 2021, o fator “custos financeiros” assumia uma posição irrelevante para o risco de crédito das carteiras comerciais das empresas, mas em 2022 este fator ganhou relevância significativa, ascendendo à segunda posição como fator responsável pelo agravamento do risco de crédito das carteiras comerciais.

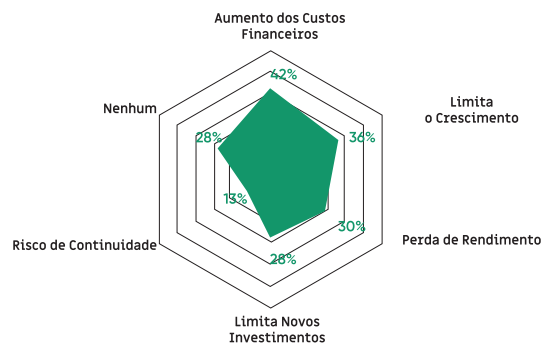
Gestão de Risco de Crédito Qual é a previsão de faturação para 2023?



Fonte: Estudo de Gestão de Risco de Crédito, Crédito y Caución, Iberinform, 2023

Entre os fatores críticos que contribuem para a deterioração dos pagamentos e dos níveis de solvência destaque, ainda, para o agravamento dos custos dos insumos que levam à redução das margens de lucro das empresas. A isso acresce: as quedas na procura por parte das famílias, as tensões

Gestão de Risco de Crédito Que impacto tem o atraso no pagamento na sua empresa?



Fonte: Estudo de Gestão de Risco de Crédito, Crédito y Caución, Iberinform, 2023

geopolíticas (fator indicado por 21% dos inquiridos) e os problemas na cadeia de abastecimento (17%).

Em caso de incumprimento de uma venda comercial a crédito, a perda resultante para a empresa equivale aos custos de produção do produto. Quanto menor for a margem de lucro da empresa, maior será o impacto do incumprimento na medida em que multiplica as vendas com clientes solventes que serão necessárias para compensar a perda. Se uma empresa com uma margem comercial de 10% sofre um incumprimento no valor de 10.000 euros, terá de gerar um novo negócio solvente no montante de 100.000 euros para compensar o impacto dos 9.000 euros em custos de produção.

Embora o estudo confirme uma deterioração no risco de crédito, apenas 13% do tecido empresarial inquirido registou uma efetiva diminuição nas suas vendas, por oposição a 79% que registaram algum tipo de crescimento.

As empresas nacionais estão confiantes que poderão manter esta dinâmica de crescimento até final de 2023. Destaque positivo para a percentagem de empresas que esperam crescimento nos níveis de faturação (46% dos inquiridos) contra 18% que preveem que este exercício, em termos de receitas, seja pior que o anterior. ■

A União Europeia e a Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos

POR: DIREÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As duas regiões são parceiras comerciais e de investimento próximas, com uma das redes mais densas do mundo de acordos políticos, de cooperação e comerciais, uma ligação que importa reforçar.

No atual contexto mundial, os desafios geopolíticos crescentes, a devastação causada pela pandemia, as crises climáticas e ambientais mundiais, a evolução tecnológica e o aumento das desigualdades sublinham a necessidade de intensificar o diálogo e reforçar a cooperação entre parceiros próximos e de confiança.

A União Europeia (UE) e a América Latina e as Caraíbas (ALC) são aliados fundamentais na defesa e reforço

de um sistema internacional assente em regras, representando quase um terço dos membros da Organização das Nações Unidas (ONU). A região da América Latina e Caraíbas é crucial para o equilíbrio ecológico do planeta, representando mais de 50% da biodiversidade do planeta. É um grande produtor de alimentos, produzindo 14% da produção global de alimentos e 45% do comércio agroalimentar internacional, e é uma potência de energia renovável, tendo

atingido, em 2021, a maior quota de energias renováveis do mundo – 61%. Ambas as regiões são parceiras comerciais e de investimento próximas e confiáveis, com uma das redes mais densas do mundo de acordos políticos, de cooperação e comerciais, abrangendo 27 dos 33 países da América Latina e Caraíbas.

A nova agenda para as relações entre UE-CELAC, destaca os acordos de comércio bilaterais e regionais como

fatores impulsionadores do crescimento e das estratégias de diversificação em ambas as regiões e como agentes catalisadores do desenvolvimento sustentável. De facto, estes acordos resultaram num aumento de 40% do comércio bilateral de bens entre 2018 e 2022, e num total de 369 mil milhões de euros no comércio bilateral de bens e serviços em 2022. Tendo em conta estes dados, a agenda comercial prevê um reforço da cooperação entre as regiões em termos de comércio e investimento por forma a promover o crescimento sustentável e a resiliência económica.

Áreas de reforço da relação UE-CELAC

Neste contexto e para concretização daqueles desígnios, é imperativo concluir o acordo UE-Mercosul, finalizando o processo relativo ao instrumento adicional sobre sustentabilidade. O comércio de bens e serviços entre estas duas regiões totalizou, em 2022, cerca de 114,5 mil milhões de euros (um crescimento de 25% desde 2013) e um total de 344 mil milhões de euros em investimento.

Será fundamental concluir a modernização dos acordos com o Chile e o México e promover internamente na UE a ratificação dos acordos com a América Central e com a Colômbia, o Peru e o Equador. É determinante que todos os acordos sejam ratificados e implementados de forma a assegurar o acesso a novos mercados e um efetivo *level-playing-field* (condições equitativas) para as empresas.

A cooperação entre estas regiões com vista à transição ecológica e digital encontra-se prevista na agenda através do *Global Gateway*, que irá potenciar o investimento para projetos na área das energias renováveis, promover a convergência regulamentar em termos de política digital e reforçar a cooperação nas áreas da formação profissional, investigação e inovação.

Em suma, as regiões deverão consolidar parcerias em assuntos específicos que serão determinantes para o seu futuro, tais como: energia,

matérias-primas críticas, investimento, proteção da floresta e legislação laboral.

Na perspetiva da relação bilateral entre Portugal e a América Latina, o nosso país dispõe de talento, conhecimento, tecnologia, inovação e competitividade e apresenta-se como um parceiro interessante para a modernização da sua economia e para a expansão de setores de maior especialização e de valor

UE – América Latina e Caraíbas: Comércio em números

369 mil milhões €

Comércio total¹

39%

Crescimento do comércio desde 2013

693 mil milhões €

Posição de investimento da UE na América Latina e Caraíbas²

2,75 milhões

Postos de trabalho suportados pelos investimentos da UE³

>1 milhão

Postos de trabalho na UE associados às exportações para a América Latina e Caraíbas

¹ Exportações de bens (2022) e serviços (2021)

² Dados de 2021

³ Dados de 2020

A agenda comercial entre a União Europeia e a América Latina e as Caraíbas prevê um reforço da cooperação entre as regiões em termos de comércio e investimento por forma promover o crescimento sustentável e a resiliência económica

acrescentado. Por seu lado, a América latina afigura-se como um mercado vasto e diversificado, de grande potencial e oportunidades para diferentes setores da economia portuguesa.

Considera-se não ser despidendo salientar, a este propósito e neste âmbito, a importância da CPLP. A CPLP une a Europa e a América Latina, prolongando-se por África e Ásia, o que a torna num ator com um papel determinante para o desenvolvimento das relações comerciais entre estes blocos regionais. A consolidação do pilar da cooperação e o desenvolvimento da cooperação económica e empresarial serão decisivos para enfrentar os grandes desafios mundiais elencados anteriormente. ■

UE - AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS: COMÉRCIO POR SUB-REGIÕES

	Comércio Total	Crescimento do Comércio (desde 2013)	Investimento Total
Mercosul	144,5 mil milhões €	25%	344 mil milhões €
México	95 mil milhões €	82%	199 mil milhões €
Comunidade Andina	45 mil milhões €	40%	54 mil milhões €
Fórum das Caraíbas	26 mil milhões €	116%	129 mil milhões €
América Central	26 mil milhões €	73%	39 mil milhões €
Chile	24,5 mil milhões €	22%	59 mil milhões €

Nota: Acordo Comercial em vigor

Fonte: Comissão Europeia

Instituições Multilaterais

Oportunidades de financiamento no mercado da América Latina

O BID e a CAF são duas instituições financeiras multilaterais a que as empresas podem recorrer para financiar projetos ou iniciativas na América Latina, mas existe um leque variado de oportunidades para o setor privado em outras organizações multilaterais.

As Instituições Financeiras Internacionais (IFI), onde se incluem os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (BMDs), disponibilizam uma gama de oportunidades de financiamento para empresas, governos e organizações que procuram financiar os seus projetos ou iniciativas.

Em particular, relativamente ao setor privado (empresas e promotores), estas oportunidades podem ser sumariadas da seguinte forma:

- a) O mercado de *procurement*, uma vez que as instituições financeiras financiam projetos e são lançadas oportunidades para adquirir algum bem, obra, consultadoria ou outro serviço das empresas;
- b) O financiamento de projetos de investimento, que conferem vantagens às empresas a nível da estratégia de internacionalização e redução do risco de financiamento.

No que toca ao financiamento de projetos de investimento na América Latina, destacamos o BID – Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, que tem como principais áreas a inclusão social e equidade, produtividade, inovação e integração económica, bem como um forte enfoque na sustentabilidade ambiental. Esta instituição, com sede em Washington, incorpora cerca de 2.000 empregados em quatro continentes, tendo recursos financeiros provenientes de 48 países membros, apesar de ter uma atuação circunscrita à América Latina e Caraíbas.

Através do BID, são concedidos empréstimos e garantias diretamente a empresas privadas, em geral para infraestruturas – energia, transportes, saneamento ou comunicações – mas também para outros setores. O Grupo BID tem uma instituição dedicada ao setor privado: o BID Invest. O BID dispõe, ainda, das seguintes

plataformas/ferramentas interessantes para empresas:

→ connectamericas.com

→ pppamericas.com

Destacamos, igualmente, a CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina, fundada em 1970 como Corporação Andina de Fomento, que concentra na sua agenda a economia verde, sustentável e digital, em prol do desenvolvimento dos países da região. A CAF promove um modelo de desenvolvimento sustentável através de operações de crédito, recursos não reembolsáveis e apoio em estruturação técnica e financeira de projetos dos setores público e privado.

Outras oportunidades de financiamento

Para além dos BMDs regionais, existe um leque variado de oportunidades para o setor privado em outras organizações multilaterais com

As Instituições Financeiras Internacionais, onde se incluem os Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, disponibilizam uma gama de oportunidades para financiar projetos ou iniciativas de empresas, governos e organizações

SAIBA MAIS SOBRE AS OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO



BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Produtos e Serviços



Projetos



SOCIEDADE FINANCEIRA INTERNACIONAL



AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTO



operações na região da América Latina, nomeadamente, a Sociedade Financeira Internacional (SFI), membro do Grupo Banco Mundial. A SFI é a maior instituição global de desenvolvimento voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento, investindo em empresas através de empréstimos, investimentos de capital, títulos de dívida e garantias; mobilizando capital de outros cofinanciadores e investidores via sindicalizações, empréstimos paralelos e outros meios; e promovendo serviços de consultoria a empresas e governos para estimular o investimento privado e melhorar o ambiente de negócios. No ano de 2022, a SFI contou com uma carteira de projetos de mais de 3 mil milhões de dólares para a região da América Latina e Caraíbas.

No que diz respeito à concessão de garantias orientadas para riscos comerciais, destaca-se a Agência Multilateral de Garantia de Investimento (MIGA), do Grupo Banco Mundial.

Além disso, destacamos, no quadro da União Europeia e para financiamentos na região da América Latina, os seguintes programas:

- EU Global Gateway;
- Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global;
- European Fund for Sustainable Development Plus (EFSD+);
- Banco Europeu de Investimento – a janela do BEI Global. ■



CIP participa no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável

O evento da ONU pretendeu avaliar os impactos da pandemia e subseqüentes problemas na implementação da Agenda 2030, e apresentar o progresso dos países, entre eles Portugal, em cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Líderes governamentais e representantes de diversos setores reuniram-se em Nova Iorque, entre 10 e 19 de julho, na 1ª sessão do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável – HLPF 2023. A CIP – Confederação Empresarial de Portugal, a convite da IOE – International Organization of Employers, também marcou presença neste que é o principal fórum da Organização das Nações Unidas (ONU) de abordagem a questões de desenvolvimento sustentável, tendo participado, entre 17 e 19 de julho, em diversas sessões oficiais e eventos externos.

O tema da sessão foi “Acelerar a recuperação da pandemia (COVID-19) e a plena implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável a todos os níveis”, tratando-se de um fórum bastante importante, porque este ano marca o ponto médio do prazo de implementação da Agenda 2030 desde a sua adoção em 2015.

A reunião pretendeu avaliar os impactos da pandemia e subseqüentes problemas na implementação da Agenda 2030, bem como apresentar o progresso dos países em cinco Objetivos

de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energias Renováveis e Acessíveis), 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 17 (Parcerias para o Desenvolvimento) – através da organização de painéis dedicados a cada um deles e da apresentação das Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs), incluindo o VNR de Portugal. Foi também um evento crítico para identificar prioridades de atuação.

Algumas conclusões

Dos diferentes painéis do fórum foi possível aferir que, apesar de a Agenda 2030 continuar a ser considerada a estrutura adequada, o progresso em direção à maioria dos ODS está bastante atrasado e é necessário intensificar esforços de modo a que estes sejam alcançados.

De forma transversal, a ênfase do debate incidiu sobre a inovação, a tecnologia e as parcerias, tendo sido assumido que a colaboração entre governos, sociedade civil, setor privado e academia é crucial na condução de mudanças significativas e na criação de uma base de confiança entre as diferentes partes interessadas. Porém, de salientar que numa sala com centenas de lugares para assistir à apresentação do RVN de Portugal e das Ilhas Fiji, apenas um lugar se destinava a representantes do setor privado.

O reforço dos recursos financeiros, a aceleração da Ação Climática e investimentos no clima, a transformação digital, foram referidos entre os elementos fundamentais para alcançar todos os ODS, cabendo às empresas um importante papel na monitorização dos progressos alcançados.

O HLPF ocorre no âmbito do Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC) todos os anos, e sob os auspícios da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA) a cada quatro anos. Este ano o HLPF reuniu duas vezes, no ECOSOC em julho, e na UNGA em setembro, sob a designação “2023 SDG Summit”. ■

// FUNDOS
EUROPEUS

Governo atualiza PRR com aumentos direcionados a empresas e setor da energia

O pedido de reprogramação submetido à Comissão Europeia pelo Governo português prevê um aumento de 33%, para 22,2 mil milhões de euros, na dotação global do PRR. Um terço do montante adicional irá reforçar as Agendas Mobilizadoras e as Agendas Verdes.

Um pouco mais de um terço deste montante adicional irá reforçar a dotação das Agendas Mobilizadoras e Agendas Verdes, de 930 milhões de euros para perto de 2,9 mil milhões de euros. A dotação inicial para as Agendas Mobilizadoras revelou-se manifestamente reduzida face à mobilização sem precedentes do tecido económico nacional e das instituições científicas e tecnológicas em resposta a esta medida do PRR. Este reforço permitirá assegurar o financiamento a todas as 53 agendas classificadas com avaliação favorável.

O restante será distribuído por um elevado número de medidas a reforçar e por novas medidas, elevando de 83 para 113 o número total dos investimentos que integram o PRR. Também o número de reformas previstas aumenta de 32 para 43.

No total, os marcos e metas que Portugal deverá cumprir para receber estes montantes até 2026 sobem de 341 para 501.

São, ainda, propostas alterações de marcos e metas em diversas componentes. Globalmente, estas alterações não reduzem a ambição inicial, mas ajustam a sua implementação temporal, dado o impacto causado pela inflação e pela disrupção das cadeias de abastecimento, que têm provocado atrasos, quer pela necessidade de redesenhar cadernos de encargos, quer por ausência de respostas nos processos de contratação pública.

A elevada inflação, as perturbações nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e de equipamentos e a escassez de mão de obra, resultaram numa alteração das condições de execução das medidas que se encontravam previamente definidas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) adotado em 2021.

Além disso, em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia apresentou o Plano REPowerEU, em maio de 2022, prevendo a introdução de um capítulo específico nos PRR dos Estados-Membros, com o objetivo de reduzir mais rapidamente a dependência dos combustíveis fósseis russos e acelerar a transição energética. Neste sentido, no passado dia 26 de maio, o governo português submeteu à Comissão Europeia o pedido de atualização do PRR, recebendo uma avaliação positiva do plano no passado dia 22 de setembro.

A reprogramação contempla as seguintes alterações:

- Acréscimo de 2,4 mil milhões de euros em subvenções:
 - 1,6 mil milhões de euros de subvenções adicionais (decorrentes da atualização do respetivo montante máximo).
 - 785 milhões de euros, relativo ao REPowerEU (incluindo a transferência da totalidade da Reserva de Ajustamento ao Brexit, no montante de 81 milhões de euros).
- Acréscimo de 3,2 mil milhões de euros de empréstimos adicionais face ao aprovado em 2021, para aumentar a ambição do PRR e fazer face ao agravamento de custos nas medidas já previstas.

Assim, as alterações representam uma subida de 16,6 mil milhões para os 22,2 mil milhões de euros, um aumento de 33%.

Para além das Agendas Mobilizadoras e Verdes, alguns dos investimentos (novos ou a reforçar) são dirigidos às empresas. Destaca-se:

- “Apoio a investimentos em tecnologias de indústria 4.0”, visando apoiar projetos de investimento que contribuam para a transformação digital de empresas, bem como a melhoria da sua sustentabilidade ambiental como resultado da sua digitalização. Trata-se de um apoio complementar à medida “Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital” já em curso (mais 60 milhões de euros).
- Bairros Comerciais Digitais (mais 25 milhões de euros para reforçar este investimento, visando o apoio à digitalização de mais 25 áreas comerciais).

No quadro do REPowerEU:

- Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Verde (50 milhões de euros): o objetivo será intensificar o apoio público ao investimento industrial em tecnologias estratégicas para a transição climática.
- Investimento *Green Shipping*, visando a transição energética do transporte marítimo de mercadorias e passageiros: serão apoiados projetos que incluam medidas de poupança de energia, de substituição de combustíveis fósseis por combustíveis de base renovável e de redução de emissões (50 milhões).
- Eficiência energética e energias renováveis no setor dos serviços (mais 80 milhões de euros).
- Gases renováveis (mais 70 milhões de euros para aumento da capacidade instalada para a produção de gases renováveis, nomeadamente hidrogénio verde e biometano).

Sumário da atualização do PRR



Fonte: Recuperar Portugal

- Descarbonização da Indústria (mais 122 milhões de euros para reforçar este investimento, dirigido a PME do setor da indústria).

O Conselho terá agora, como regra, quatro semanas para endossar a avaliação da Comissão. ■

Para mais informação:





José Couto

Membro da Direção da CIP
Presidente da AFIA

A Indústria Portuguesa de Componentes para Automóveis tem tido um comportamento relevante no contexto da indústria transformadora nacional e tem-se afirmado nos mercados internacionais através de um processo de modernização contínuo, que a posiciona num patamar altamente competitivo, capaz de ombrear com as empresas congéneres. São 350 empresas, que têm procurado ganhar posicionamento junto dos clientes, que empregam diretamente 63.000 trabalhadores. É uma atividade transversal, com uma grande diversidade de tecnologias, distribuindo-se por vários códigos de atividade, mas que têm como característica comum um grande enfoque na venda ao exterior, a procura sistemática de níveis de produtividade comparáveis aos seus competidores e uma competente organização.

As empresas Associadas da AFIA são uma amostra significativamente forte que nos permite referir que se tem verificado, ao longo dos últimos dez anos, um esforço sistemático para aumentar competências ao nível tecnológico e das equipas. Este investimento permanente tem produzido diferença junto dos clientes, o que é visível no crescimento da produção nacional de componentes claramente acima da produção de automóveis na Europa, o nosso principal cliente. O ano de 2022 constitui o melhor ano de faturação, mais de 13.000 milhões de euros, com uma quota de exportação direta e indireta de 97%. O mercado espanhol continua a ter a maior expressão, seguido do alemão e do francês, mas há novos destinos no espaço europeu para

A Importância da Indústria de Componentes Automóveis Nacional

as componentes aqui produzidas, porque os nossos clientes têm-se movido, instalado em países que oferecem condições mais competitivas. Há também que considerar o reforço da penetração nos mercados norte e sul-americano.

O aparecimento de uma forte concorrência para captação de investimento da Indústria Automóvel por parte de países que procuram investir num processo de desenvolvimento industrial ou de reindustrialização, que tem chamado a atenção, com êxito, de construtores de automóveis e de fornecedores de primeira linha, não pode deixar de ser encarado como uma ameaça para a indústria de componentes do nosso país, quer para continuarmos a ser uma opção para novos investimentos quer na perspetiva do reforço dos investimentos já instalados. Ora, tendo em conta a relevância da Indústria Automóvel em Portugal – em especial a indústria de Componentes que representa 5,4% do PIB nacional, 9,1% do emprego da indústria transformadora, 12,0% do valor acrescentado bruto da indústria transformadora, 14,0% das exportações nacionais de bens transacionáveis e 16,6% do investimento total da indústria transformadora, com o potencial de crescimento e inovação que lhe é reconhecido – não podemos subavaliar as ameaças que se apresentam, sobretudo de países com mais fácil acesso aos centros de decisão e de consumo. Porque há o risco de perdermos posicionamento e o setor de produção de componentes para a indústria automóvel é estratégico e determinante para a produção nacional, para a criação de riqueza. É um conjunto de empresas que promove a investigação e o desenvolvimento de processos de produção, o que obriga a uma relação muito próxima com as universidades

“O setor de produção de componentes para a indústria automóvel é estratégico e determinante para a produção nacional”

nacionais e internacionais e com centros de desenvolvimento de tecnologias, que tem preocupação de manter níveis de competências ajustados e diferenciadores, que procura captar talentos, que procura requalificar trabalhadores, que tem aumentado as compras no mercado nacional promovendo a valorização das cadeias de produção, através da construção de parcerias com um conjunto alargado de subfornecedores que tem de ser valorizado, por não ser despiciente.

O processo de expansão da Indústria de Componentes tem sido contínuo. A Indústria de Componentes para Automóveis desenvolve-se e ganha corpo desde 1960, tem mantido até aos dias de hoje um nível de investimento apreciável, que lhe permite crescer, representando seguramente no âmbito da indústria transformadora uma parte importante, que agrega as melhores tecnologias através de processos de vanguarda do mercado mundial, tendo, ainda, forte e importante capacidade de desenvolvimento de produto.

Queremos continuar a afirmar, como *highlight*, que se produzem em Portugal componentes para a quase totalidade dos modelos automóvel fabricados na Europa. Isto diz muito da importância destas empresas e do papel relevante que podem ter como exemplo e como provocadoras de arrasto no panorama da indústria transformadora nacional. ■

Cerimónia de tomada de posse dos Órgãos Sociais da CIP

António Saraiva
no último
discurso enquanto
Presidente
da CIP



Membros
do Conselho Geral
da CIP



Os Órgãos Sociais da CIP – Confederação Empresarial de Portugal, para o quadriénio 2023-2027, tomaram posse numa cerimónia que contou com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, governantes e mais de 600 individualidades representativas de diversos quadrantes da economia e da sociedade civil. A equipa renovada, liderada pelo Presidente Armindo Monteiro, assumiu o mandato com 22 novos associados, reforçando assim a sua representatividade enquanto motor do crescimento do País.



▲ Presidente da República, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Presidente do PSD, junto do atual Presidente da CIP e do cessante

◀ Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, à chegada ao evento

◀ Armindo Monteiro no discurso de tomada de posse como Presidente da CIP



◀ António Saraiva agraciado com a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Industrial



Presidente Armindo Monteiro, acompanhado pelos membros da Direção e da Comissão Executiva da CIP



Óscar Afonso

Diretor e Professor Catedrático
da Faculdade de Economia
da Universidade do Porto

“A carga fiscal excessiva (...) é uma das principais causas para a subida do peso da Economia Não Registada no PIB, sobretudo nos impostos diretos (IRS, IRC e contribuições sociais) e, em menor medida, nos impostos indiretos, aconselhando-se, por isso, uma redução geral da tributação”

Num estudo recente da Faculdade de Economia do Porto (FEP), intitulado “Economia Não registada: Atualização para o Período 1996-2022”, a carga fiscal excessiva (num máximo histórico de 36,4% em 2022) é uma das principais causas para a subida do peso

O Impacto da Carga Fiscal na Economia Não Registada

da Economia Não Registada no PIB, sobretudo nos impostos diretos (IRS, IRC e contribuições sociais) e, em menor medida, nos impostos indiretos, aconselhando-se, por isso, uma redução geral da tributação.

Nesse estudo, com base num artigo científico publicado (do qual sou coautor) e em dados atualizados, o peso da Economia Não Registada (ENR) no PIB tem vindo a aumentar nas últimas décadas, atingindo quase 35% em 2022 (que corresponde, por exemplo, a 30% da dívida pública nacional).

Mais do que o valor em si – há estudos internacionais com estimativas menores para Portugal, mas que usam determinantes significativas num conjunto alargado de países, várias das quais não o são no artigo referido, com foco e variáveis mais ajustadas à nossa realidade –, importa sobretudo reter a trajetória ascendente do peso da ENR no PIB e apontar medidas para o reduzir.

Antes, convém precisar o conceito e fenómenos associados à ENR, mais vulgarmente conhecida por economia paralela. A ENR, existente em todos os países, é a parte da economia não medida pela contabilidade nacional – explicando, por exemplo, a sobrevivência das populações de países com nível de vida abaixo do limiar de subsistência –, integrando cinco áreas.

A Economia ilegal e a Economia oculta (incluindo a fraude, o branqueamento de capitais, os conflitos de interesse e uso de informação privilegiada, a desregulação e a debilidade

do Estado) são muito gravosas e devem ser combatidas de forma enérgica e eficaz.

A Economia informal e o Autoconsumo servem de almofada social, evitando um maior sofrimento da população na satisfação de necessidades básicas. Aqui o desafio é desenvolver as economias para a obtenção de recursos (via crescimento económico) e a sua alocação eficiente à proteção social (com fiscalização adequada), para reduzir estes dois fenómenos a uma dimensão socialmente equilibrada, pois irão existir sempre.

A Produção subcoberta por deficiências da estatística requer uma maior e melhor alocação de meios para desenvolver os sistemas estatísticos.

Importa que o Governo adote medidas abrangentes que tornem a economia oficial mais atrativa e competitiva – face à ENR e ao exterior –, para que as pessoas (trabalhadores e empresários) não tenham de recorrer à ENR ou até mesmo emigrar (deslocalizar, no caso das empresas) para obter níveis de rendimento mais condignos.

Entre elas, o estudo destaca, além da referida redução geral da carga fiscal, a descida da fiscalidade sobre os rendimentos de entrada na economia oficial e a implementação do crime de enriquecimento ilícito (setor público e privado) como na França.

É ainda decisivo educar a Sociedade sobre os efeitos perversos da ENR e o papel da ética, um dos valores cruciais imbuídos no processo da formação integral dos alunos da FEP. ■



SEW
EURODRIVE



**BEM VINDO
À INDÚSTRIA
4.0**

**BY
SEW-EURODRIVE.**

SEW
EURODRIVE

SEW-EURODRIVE PORTUGAL, LDA.
Av. Fonte Nova, n.º 86
3050-379 Mealhada
Tel. 231 209 670
SERVIÇO DE EMERGÊNCIA 24/24H:
935 987 130
info@sew-eurodrive.pt
→ www.sew-eurodrive.pt

Cresce-se com a idade, mas também ao atingir objetivos. É por isso que 25 anos em Portugal significa ter passado todo esse tempo a ajudar milhares de empresas a operar com tranquilidade, a movimentar-se por todo o mundo a salvo de incumprimentos. A cumprir os seus objetivos. Porque não há nada mais seguro do que o seguro de crédito. E nenhuma empresa é mais segura do que aquela que o utiliza. Há pelo menos 25 anos.

www.creditoycaucion.pt

800 281 281

Crédito y Caución
Atradius

25 anos
em Portugal

Cobertura de risco de créditos comerciais · Apoio para um crescimento sustentável · Assessoria à internacionalização · Seguros de caução

Enraizados em Portugal há 25 anos.

